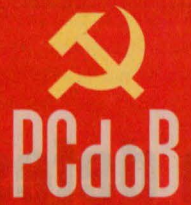


A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS

ANO 78 - Nº 228 - 13 de agosto de 2003 - R\$ 1,70

Em defesa da unidade e da política do Partido

A decisão de quatro deputados federais do PCdoB – Sérgio Miranda, de Minas Gerais; Jandira Feghali, do Rio de Janeiro; Alice Portugal, da Bahia; e Afonso Gil, do Piauí – de votar contra a orientação partidária a respeito do relatório da reforma da Previdência teve uma forte repercussão na opinião pública e, principalmente, no interior do Partido. Ela levou a uma reunião extraordinária da Comissão Política do Comitê Central, no dia 9 de agosto, em São Paulo, para avaliar aquela atitude. O deputado Sérgio

Miranda, membro da Comissão Política, compareceu à reunião, mas se retirou logo no início, depois de fazer uma intervenção sobre a pauta. O resultado da reunião foi a decisão de instaurar um processo disciplinar referente aos votos dissidentes, decisão tomada por 18 votos a favor – a unanimidade dos presentes. A resolução aprovada é uma firme tomada de posição da direção nacional em defesa da unidade e da política do Partido.

A Comissão Política decidiu também que, num prazo máximo

de 50 dias, o Comitê Central vai deliberar sobre as sanções disciplinares cabíveis, de acordo com o artigo 12 do Estatuto partidário. Os parlamentares dissidentes, que infringiram o centralismo democrático ao proclamar seu voto dissidente, terão amplo direito de defesa, de acordo com as normas estatutárias.

A decisão adotada por unanimidade dos presentes retrata a coesão da direção do PCdoB na defesa da unidade de ação dos comunistas – uma de suas principais marcas – e o princípio fundamen-

tal de sua organização. Ao final de sua resolução, a Comissão Política Nacional reiterou a conclamação, feita pelo presidente do Partido, Renato Rabelo, à militância e ao conjunto das organizações partidárias, “para salvaguardar a unidade partidária, mantendo-nos coesos em torno da justa política traçada pela 9ª Conferência Nacional”. Dessa maneira – conclui o documento –, o PCdoB continuará em crescimento e expansão, em ascendente conquista de respaldo dos trabalhadores e do povo brasileiro. **Páginas 2, 4 e 5**

Página 3



A votação na Câmara Federal

Luta e pressão garantem modificações na Previdência

Através da pressão dos trabalhadores e da atuação dos parlamentares comunistas e progressistas, importantes modificações foram feitas na proposta de reforma da Previdência enviada pelo Executivo ao Congresso. O líder da bancada do PCdoB, Inácio Arruda, e o líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo, analisam este primeiro grande embate do governo Lula no Parlamento.

EDITORIAL

Vai se formando o consenso para o desenvolvimento

Há uma luta em torno do governo Lula. De um lado, crescem as pressões populares e progressistas pelas mudanças. De outro, a direita e os conservadores pretendem manter as linhas gerais do projeto neoliberal. E, nesse quadro, vai sendo forjado um consenso pelo desenvolvimento. Vai se impondo a convicção da necessidade de baixar significativamente a taxa de juros; de que o real não pode ser sobrevalorizado; de que é preciso elevar as reservas do país; e do imperativo de se destravar os investimentos, criando as condições para que as medidas anunciadas pelo governo, de inversões previstas de R\$ 190 bilhões até 2007, em transportes, saneamento, energia elétrica e telecomunicações, possam se efetivar.

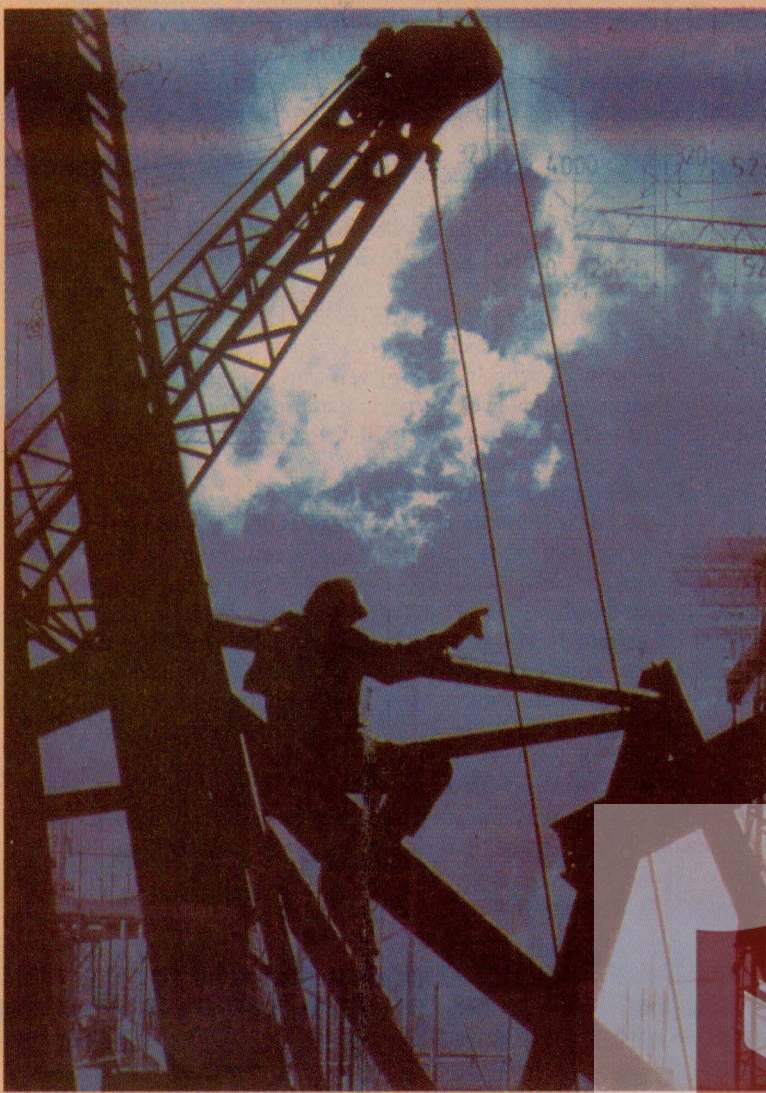
A compreensão da necessidade de superar a fragilidade externa para criar as condições para a retomada do desenvolvimento soberano está na base desse consenso que vai sendo formado. É um conjunto de ações articuladas – a redução dos juros pode induzir ao investimento na produção, e não na dívida pública; a elevação das reservas externas do país cria um “colchão” financeiro que aumenta a capacidade do país resistir a ataques especulativos; um real com valor adequado é essencial para aumentar a competitividade do país e melhorar o desempenho de seu comércio exterior. São condições para que o país possa formular um projeto nacional de desenvolvimento, escapando às condicionantes externas que, hoje, sufocam a retomada do crescimento.

A aliança histórica do PCdoB com o Partido dos Trabalhadores desde 1989, é baseada em idéias, em um programa; aliança de primeira hora que legitima a posição do Partido, que não esconde suas críticas a reformas de que discorda, mas manifesta seu apoio político, compreendendo que ele é

fundamental para o governo nessa hora. Não se pode correr o risco de uma crise de governo, principalmente quando a oposição conservadora começa a se rearticular e pôr a cabeça de fora. O alvo declarado das forças conservadoras é a ação dos movimentos sociais, principalmente o MST –

movimento cuja ação reflete a persistência de um problema secular, a alta concentração da posse da terra em nosso país. Aliás, o MST é um movimento que luta arduamente, apóia o governo e tem o apoio do governo. Mas o alvo oculto dos ataques contra a luta popular é, na verdade, o governo Lula e expressa a luta que se trava, dentro do governo e na sociedade, entre a mudança e a continuidade do projeto neoliberal, que aquelas forças conservadoras preconizam.

Neste momento, a unidade dos trabalhadores em torno de seus interesses é fundamental, e o PCdoB reafirma essa necessidade; da mesma forma, o alvo de suas lutas não pode ser o governo, que é a expressão das demandas histórica dos trabalhadores brasileiros. Colocar o governo no alvo não reforça a luta dos trabalhadores, não contribui para fortalecer o governo e não ajuda a encontrar a saída para as dificuldades atuais. A autonomia dos movimentos sociais deve ser resguardada, mas o governo é aliado, e não adversário. Este governo foi eleito para colocar o país em um novo rumo de desenvolvimento, e a formulação desse caminho envolve uma ampla frente que engloba trabalhadores, a classe média, a intelectualidade progressista, os empresários. Consolidar essa frente é uma questão decisiva para o Brasil, e a retomada do desenvolvimento envolve a unidade dos trabalhadores e também sua relação com o governo, que precisa ser de apoio, e não de hostilidade.



Página 9

Comunistas da floresta

No Acre, cerca de 90% das lideranças indígenas ingressaram no Partido Comunista do Brasil.

Página 12



Agnelo durante solenidade no Pan

Destaque brasileiro no Pan-Americano

A participação do Brasil nos Jogos Pan-Americanos melhorou em todas as modalidades. “O nível técnico cresceu, a autoestima dos atletas melhorou muito. Eles sentem que tem apoio e podem, assim, representar melhor o país,” diz o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, que passou cinco dias em Santo Domingo, onde acompanhou pessoalmente a instalação da equipe, inédita, de 700 atletas e técnicos brasileiros. Foi também a primeira vez que um ministro do Esporte esteve ao lado dos esportistas brasileiros num evento dessa natureza. A lei Queiroz-Piva, de incentivo ao esporte, já tem um resultado prático: que o número de medalhas conquistadas pelos brasileiros no Pan confirma.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Em defesa da unidade e da política do Partido

PCdoB instaura processo disciplinar contra voto dissidente de parlamentares

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DO PCDOB*

A Comissão Política Nacional do Partido Comunista do Brasil, reunida dia 9 de agosto, decidiu instaurar processo disciplinar referente ao voto dissidente de 4 parlamentares da bancada federal do Partido a respeito do relatório da reforma da Previdência. A resolução é uma firme tomada de posição em defesa da unidade e da política do Partido. O Comitê Central, num prazo máximo de 50 dias deliberará, sobre as sanções disciplinares cabíveis conforme dispõe o artigo 12 do Estatuto partidário. Os parlamentares Sérgio Miranda, Jandira Feghali, Alice Portugal e Afonso Gil, que infringiram o centralismo democrático ao proclamar o voto dissidente, terão amplo direito de defesa, de acordo com as normas estatutárias. O deputado Sérgio Miranda, membro da Comissão Política, compareceu à reunião, mas se retirou logo após fazer sua intervenção sobre a pauta.

A decisão, adotada por unanimidade dos presentes, retrata a coesão da direção do PCdoB em defender a unidade de ação dos comunistas, uma de suas principais marcas e o princípio fundamental de sua organização. Ao final de sua resolução, a Comissão Política Nacional reiterou a conclamação feita pelo presidente do Partido, Renato Rabelo, à militância e ao conjunto das organizações partidárias "a salvaguardar a unidade partidária, mantendo-nos coesos em torno da justa política traçada pela 9ª Conferência Nacional". Leia a íntegra da resolução da Comissão Política Nacional do PCdoB:

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil reuniu-se no último dia 2 de agosto, em São Paulo, para cumprir uma de suas responsabilidades, estabelecida pelo Estatuto do Partido no artigo 29, indicativo de que a ele compete dirigir a bancada federal de parlamentares.

Nesse sentido, debateu e decidiu o voto do Partido referente ao relatório da reforma da Previdência, em fase final de deliberação no plenário da Câmara dos Deputados. A decisão tomada, por 47 votos a 3 e 1 abstenção, foi pelo voto favorável da bancada comunista ao relatório do deputado José Pimentel (PT-CE), explicitando-o como um voto de dimensão política de apoio ao governo Lula, e reiterando as divergências do PCdoB quanto à oportunidade e ao teor dessa reforma. Nesta reunião do Comitê Central (CC) participaram todos os integrantes da bancada que estão no exercício de seus mandatos.

Essa posição do Comitê Central foi encaminhada pelos comunistas na Câmara Federal, tendo sido proclamada pelo líder da bancada em declaração de voto. Contudo, na votação ocorrida no plenário, no dia 6 de agosto passado, ao contrário do que sempre se deu ao longo dos anos, a bancada não votou unida. Quatro parlamentares, Sérgio Miranda e Jandira Feghali – estes dois membros do Comitê Central –, Alice Portugal e Afonso Gil, votaram em oposição a uma decisão democraticamente tomada pelo órgão superior de direção do Partido, o Comitê Central.

O resultado é que o Partido apresentou-se dividido, acontecimento que causou indignação da militância e estranhamento da opinião pública que sempre admirou a coesão do PCdoB. Essa justificada consternação expressa a sadia compreensão de que os mandatos parlamentares do PCdoB, conquistados pelo prestígio de sua legenda e política, bem como do trabalho generoso de sua militância, pertencem ao Partido, não podem ser utilizados para debilitá-lo.

Confrontando a atitude desses parlamentares com o Estatuto do Partido salta aos olhos que eles infringiram várias normas partidárias, transgrediram o próprio princípio diretor da organização do Partido, o centralismo democrático. O artigo 9º dispõe sobre os deveres dos membros do Partido, entre os quais destaca-se: "salvaguardar, por todos os meios, a unidade do Partido como principal condição de sua força; aplicar as decisões do Partido; observar a disciplina do Partido, igualmente obrigatória para todos os membros, independentemente de seus méritos ou dos cargos que ocupem".

No caso concreto é patente a violação de cada um desses deveres. Se eles são obrigatórios para cada militante, o rigoroso zelo a eles por parte dos dirigentes, sobretudo dos membros do CC e dos que exercem mandatos parlamentares, se faz ainda mais imperativo, uma vez que o desrespeito a essas normas por camaradas que exercem funções e responsabilidades desse porte provocam prejuízos ainda maiores. E foi exatamente o que aconteceu. Ao desconsiderarem uma decisão do CC, esses 4 membros da bancada causaram prejuízos à imagem do Partido, à sua unidade, e ao seu processo de direção, trazendo como consequência o enfraquecimento político do Partido e de sua atuação no rumo da linha deliberada pela 9ª Conferência.

Já o artigo 10º, ao discorrer sobre os direitos dos membros do Partido, assegura a cada um a participação nas discussões e decisões nas instâncias a que pertencem acerca do conjunto das questões da vida e da ação política do Partido. Neste processo de tomada de decisão as opiniões são apresentadas "de forma livre e responsável". O desfecho deste método de elaboração coletiva é arbitrado pela norma básica de que as decisões da maioria são acatadas, cumprem-se as decisões do coletivo mesmo que delas se divirja. Na questão em exame, esses direitos foram largamente garantidos e assegurados. Até porque o PCdoB passa por um período de aperfeiçoamento crescente de sua democracia interna, de que foi prova máxima a realização da 9ª Conferência Nacional. Suas decisões, cada vez mais, são fruto da elaboração coletiva.

Concretamente, a decisão do Comitê Central sobre a reforma da Previdência foi um exemplo desse método. Ela foi antecedida de inúmeras reuniões da bancada comunista, de 4 sessões da Comissão Política Nacio-

nal e 2 do próprio Comitê Central. Foi decorrente de uma reflexão amadurecida, esculpida por todos e com base na política traçada pelo coletivo na 9ª Conferência e nas resoluções específicas do CC sobre o tema.

Compreende-se a existência de discrepâncias e opiniões conflitantes no debate sobre uma matéria complexa como esta, mas não é admissível que seja infringida a lei maior da organização do Partido, o centralismo democrático. Como demonstração dessa abertura de se levar em conta as opiniões diferentes, a resolução do CC, mesmo reafirmando que por princípio a posição do Partido é uma só, e que essa posição deveria ser externada pela liderança da bancada, pela primeira vez admitiu que os parlamentares fizessem um tipo de declaração de voto, tornando pública uma opinião pessoal, distinta, sobre o assunto.

No caso da taxação dos servidores "inativos" chegou-se ao extremo da flexibilização de se liberar o voto da bancada. Tudo para que na votação principal (sobre o relatório do deputado Pimentel) a bancada votasse unida, uma vez que sobre essa matéria havia uma explícita decisão do CC. Mas este e outros gestos do CC e da Presidência do Partido, no âmbito de um esforço múltiplo de o Partido não se apresentar dividido, foram desprezados por esses parlamentares.

Não houve nada que os demovesse da determinação de proclamar o voto dissidente. Optaram por violar a ética comunista de respeito à sabedoria e às decisões do coletivo, ao preceito de que a minoria segue a maioria. O debate de idéias e opiniões necessário para o Partido construir coletivamente seus caminhos, suas orientações políticas, foi conspurcado por essa atitude. A enriquecedora luta de idéias se dá nos marcos das regras e dos princípios partidários. Estes camaradas, uma vez na condição de defensores de uma posição minoritária, resolveram impô-la ao coletivo por via da indisciplina, colocaram a divergência acima do próprio compromisso com as normas do Partido. E a resultante é que os seus posicionamentos pessoais se sobrepuseram a uma decisão legitimamente construída e deliberada pelo Partido.

O desrespeito destes parlamentares ao centralismo democrático sob nenhum argumento se justifica, conflita-se e nega a elevada democracia interna que o coletivo militante está a construir. Contudo, essa construção terá continuidade. As ricas elaborações da 9ª Conferência Nacional são a demonstração da fertilidade dessa democracia. O PCdoB foi o único partido da esquerda brasileira que convocou o conjunto de seus militantes para, coletivamente, elaborar sua política face ao desafio de garantir a vitória do governo Lula na condução das mudanças. Este episódio negativo não fará o PCdoB recuar de seus métodos e propósitos políticos.

A vida partidária continuará sob esse ambiente partidário de ampla democracia interna e debate de idéias, ambiente próprio e apropriado a esta etapa inédita da vida nacional na qual as forças avançadas ainda amadurecem suas elaborações quanto ao melhor caminho para consolidar a vitória alcançada. Este cenário interno marcado por um esforço de elaboração de cada militante contribuirá para o Partido desvendar soluções aos problemas novos que eclodem dessa realidade inédita.

Todavia, a longa história do PCdoB e dos comunistas nos diversos países ensina que a democracia partidária em partidos comunistas não se confunde com anarquia, com ausência de normas e princípios, que só traz instabilidade e divisão. Ele tem o objetivo de fortalecer o Partido, e fortalecê-lo significa um PCdoB com unidade de ação política, o que exige uma disciplina consciente. Se a disciplina é desrespeitada, o Partido debilita-se e não consegue cumprir suas tarefas históricas. O que se fez ao externar o voto dissidente foi violar essa disciplina que é o cimento da construção partidária.

Face ao apresentado e pelo que ordena o artigo 11 – de que rigorosamente não se deve permitir atividade desagregadora no seio do Partido e que sua unidade política e de ação devem ser defendidas –, e considerando ainda que cabe sobretudo ao Comitê Central e suas instâncias serem os maiores guardiões da unidade do Partido, a Comissão Política Nacional toma as seguintes decisões:

1. Instaurar um processo disciplinar referente ao flagrante desrespeito às normas partidárias praticado pelos parlamentares Sérgio Miranda, Jandira Feghali, Alice Portugal e Afonso Gil. Caberá ao Secretariado do CC a instrução desse processo.
2. Com base nesta instrução e de acordo com o artigo 12 do Estatuto, a Comissão Política Nacional proporá ao CC as medidas disciplinares pertinentes.
3. Conforme também estabelece o Estatuto, os camaradas já nomeados estão notificados, por esta Resolução, das faltas a eles imputadas, sendo-lhes assegurado amplo direito de defesa nos termos estatutários.
4. No prazo máximo de 50 dias, o Comitê Central deliberará sobre o processo disciplinar oriundo desta reunião da Comissão Política Nacional.

A Comissão Política Nacional reitera a conclamação feita pelo presidente do Partido, Renato Rabelo, à militância e ao conjunto das organizações partidárias a salvaguardar a unidade partidária, mantendo-nos coesos em torno da justa política traçada pela 9ª Conferência Nacional. Dessa maneira, o PCdoB continuará em crescimento e expansão, em ascendente conquista de respaldo dos trabalhadores e do povo brasileiro.

*São Paulo, 9 de agosto de 2003"

CARTAS

O resultado da votação na Previdência expressa a complexidade do momento em que vivemos. Ver parte da bancada comunista contrariar o CC é algo preocupante. Vamos aprofundar o debate interno e resolver nossas indefinições. É fundamental neste momento a unidade partidária. Luiz E. – CE

Vejo com profunda indignação a conduta dos quatro parlamentares do Partido que jogaram na vala comum dos partidos liberais burgueses o centralismo democrático. Ainda que haja restrições à reforma previdenciária, deve-se, acima de tudo, preservar o esforço de unidade partidária. Carlos A. D. A. – PB

O que manteve o nosso Partido fiel à sua ideologia sempre foi a unidade. Decisões individuais como a dos quatro votos dissidentes frustram os militantes. Se suas consciências os obrigam a defender uma determinada posição, devem fazê-lo dentro do próprio Partido, acatando a decisão da maioria. Orlando – AC

Solicito que relevem a posição dos parlamentares que votaram contra a reforma da Previdência, face ao problema político criado nas bases desses parlamentares. Isso poderia significar o suicídio político destes parlamentares, com maior perda para o nosso Partido. Ronaldo R. S. – BA

A unidade na atuação é marca histórica do PCdoB. Em nome da fidelidade às resoluções de instâncias deliberativas superiores, que o CC aplique a punição cabível a este caso. Leandro B. M. – RS

Tendo como fundamento básico o materialismo histórico e dialético, como justificar a posição dos quatro deputados que votaram alinhados com um idealismo moralista pequeno-burguês? Dariu E. F. – RS

O voto dissidente foi uma expressão de corporativismo que não pode se estabelecer na atuação parlamentar do PCdoB. Estou consternado pelos outros lutadores do Partido que atuam no parlamento com coragem e respeito pelo coletivo. Itamar R. – SC

NACIONAL

Luta e negociação garantiram mudanças na Reforma da Previdência

Mesmo antes do término de sua tramitação, pode-se afirmar que houve uma alteração para melhor entre o projeto original do Executivo para a reforma da Previdência e seu texto atual, derivado das alterações feitas pelo plenário da Câmara Federal. Não que se declare que sua essência tenha sido alterada. Reafirma-se a inoportunidade dessa reforma e a divergência quanto ao seu conteúdo.

Contudo, seria cegueira concluir que teriam sido em vão as negociações e a pressão que a base parlamentar aliada empreendeu e a mobilização que o movimento dos trabalhadores realizou. Esta necessária luta política atenuou aspectos negativos e alterou positivamente a proposta original.

O PCdoB, integrante do governo Lula e de sua base de sustentação, mesmo sendo um contundente crítico da reforma, em vez de simplesmente demarcar posição, lutou para modificar o projeto do Executivo, tendo em vista a preservação dos direitos dos servidores e trabalhadores em geral. Com esse objetivo realizou e continua a realizar intensa movimentação política, via sua presença no governo, a atuação de sua bancada de parlamentares e sua participação na mobilização dos trabalhadores.

O deputado Inácio Arruda, líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados, destaca modificações, sempre tendo como referencial o texto original, que os comunistas em conjunto com as forças avançadas conquistaram:

“Primeiro, melhorou a transição. Era de sete anos, passou para três anos e meio. Foi um dos frutos do acordo, que teve o apoio da oposição” (o deputado se refere às regras de transição aos atuais servidores que ainda não preencheram os critérios para se aposentarem).

“Outro ponto importante”, prossegue Inácio, “foi a solução para a magistratura. Criou-se um clima de que, ao dar o teto de 90%, você estaria beneficiando os magistrados. Não é verdade. Toda a magistratura teve cortes nas suas aposentadorias. O que estava em discussão era o tamanho dessa redução. Com o teto nacional, estabeleceu-se uma régua em cima, um teto e um subteto. E, com isso,

foi resolvido um problema político com o Poder Judiciário, que é forte. O governo era contra, mas a base segurou o acordo”.

“Depois, a reforma criou a janela da famosa inclusão de 40 milhões de brasileiros que estavam fora da Previdência”, argumenta o deputado. “É certo que isso ainda vai precisar de lei regulamentar”, pondera. E ele cita uma variedade de ocupações urbanas informais e de baixa renda que poderão finalmente entrar no INSS. “O trabalhador informal aceita contribuir para a Previdência, mas é claro que não pode contribuir com 20%, como o profissional liberal. Pode pagar, vamos dizer, 5% do salário mínimo, para se aposentar com um salário mínimo. Foi ampliada a cobertura da Previdência”, argumenta, embora lembrando que a regulamentação da “janela” será “uma outra luta”.

“A integralidade foi outro ganho. É uma bandeira de todo o setor público, não só da magistratura, como às vezes ficou parecendo, uma bandeira que depende da paridade, numa operação casada, embora esta tenha ficado também para uma lei ordinária”, prossegue Inácio.

O líder comunista chama atenção para “outra mudança substancial”, embora ainda “muito controversa”: a criação de um fundo público. “Na emenda aglutinativa, transformamos o fundo complementar em um fundo público. Deverá ser um fundo público dirigido por uma agência pública”.

Agregam-se outras mudanças ocorridas. No caso da taxa dos “inativos”, elevou-se o teto da isenção de R\$ 1.058,00 para R\$ 1.200,00 no âmbito dos estados e municípios. Na esfera federal este teto deve ir para R\$ 1.440,00.

Quanto às pensões o teto de isenção, elevou-se de R\$ 1.058,00 para R\$ 2.400,00, e o redutor sobre a diferença entre o valor da pensão e o valor do teto, que antes era de até 70%, foi reduzido para 50%. Outra alteração: o seguro por acidente de trabalho será garantido pelo Estado e não por seguro privado.

A mudança conquistada, de que o fundo complementar terá de ser de natureza pública, é muito importante. Havia e há forte pressão do capital financeiro para abocanhar esse setor. Quanto ao subteto dos Estados, fixado em 90,25% do

salário do ministro do Supremo Tribunal Federal, que hoje tem o valor de R\$ 17.340,00, significa que, na esfera dos Estados, os salários e aposentadorias não poderão exceder a aproximadamente R\$ 15.000,00. É o fim dos chamados super-salários e aposentadorias milionárias, fruto de arranjos e artimanhas jurídico-administrativas.

Além da coerente e ativa atuação da bancada comunista em prol das modificações do projeto da reforma, o PCdoB contribuiu para alterá-la também através de que outros meios, como a atuação da Corrente Sindical Clássica (CSC). Os comunistas que atuam neste movimento não se afastaram nem das mobilizações e nem das lutas. Cumpriram importante papel para que a CUT assumisse a posição de uma central autônoma, que pressionou o Congresso e o governo em defesa dos direitos dos trabalhadores, sem contudo descambar para o extremismo infrutífero, dado que os trabalhadores são os mais interessados no êxito do governo Lula.

Outra face da contribuição dos comunistas quanto a um efetivo desfecho negociado entre o teor inicial do projeto e as reivindicações da sociedade foi o papel importante, decisivo, da atuação do líder do governo, deputado Aldo Rebelo. Administrando interesses os mais conflitantes, Aldo Rebelo e o colégio de vice-líderes souberam construir na base aliada uma posição de abertura aos pleitos da sociedade.

Finalmente, há de se sublinhar que, com o governo Lula, a Câmara Federal e o Congresso começam a ter um efetivo papel na tomada de decisões. Quando, há uns quatro meses, o presidente Lula entregou ao Congresso o projeto da reforma da Previdência, ele textualmente disse que daquele momento em diante caberia ao Legislativo debatê-lo com a sociedade e fazer os ajustes necessários.

Na década anterior, no reinado neoliberal de FHC, para se referir somente a um período recente da história brasileira, o Congresso teve uma existência meramente formal onde tudo era aprovado tal e qual exigia o Palácio do Planalto. Essa realidade começa a mudar, e isto significa mais democracia, mais possibilidade para o povo influir nas decisões que afetam sua vida e os destinos de seu país.

A votação na Câmara mostrou a força do governo

Entrevista com Aldo Rebelo

O líder do Governo Lula na Câmara Federal, Aldo Rebelo, deputado pelo PCdoB de São Paulo, fala sobre a votação da Reforma da Previdência.

A Classe Operária: Gostaria de uma avaliação sua sobre a votação em primeiro turno da Reforma da Previdência. Como essa votação afeta a base do governo na Câmara Federal?

Aldo Rebelo: A votação mostrou a força do governo. Num questão extremamente delicada, a base ofereceu ao governo 90% dos votos necessários para a aprovação da emenda. Isso indica o suporte que temos para trabalhar no dia-a-dia do Legislativo pra aprovar leis ordinárias medidas provisórias e leis complementares. Veja que emendas constitucionais não são normalmente assunto de governo, mas quase um assunto de estado. Assim, é natural que a aprovação de mudanças na Constituição deva incluir um diálogo franco e honesto com as forças que fazem oposição ao governo Lula. Não vejo isso como fraqueza, ao contrário. Quanto maior o apoio à mudanças, melhor para o governo e para as forças que o sustentam.

A Classe Operária: A proposta original do governo para a Reforma da Previdência sofreu mudanças no Relatório que foi a votação no dia 6, e foi ainda mais modificado depois da decisão final do Plenário. Como você avalia essas mudanças?

Aldo: Os fatos mostraram a correção da linha adotada pelo PCdoB, de buscar mudanças no texto a partir da mobilização da sociedade e do diálogo com o Executivo e o Legislativo. Cito dois pontos em particular, sempre ressaltados pelo partido e nos quais houve importantes vitórias: a integralidade e paridade para os atuais servidores, e a inclusão dos atuais excluídos da Previdência, e que atingem cerca de 40 milhões de brasileiros. Houve quem propusesse aos servidores a palavra de ordem de retirada do projeto. Essa posição empurrou o movimento



Aldo: “Governo Lula é democrático”

dos servidores para o isolamento. Essa palavra de ordem serviu aos propósitos eleitorais de alguns políticos, mas foi danosa para o conjunto da categoria dos servidores.

A Classe Operária: Essas mudanças no projeto da reforma

da Previdência autorizam a conclusão de que, no governo Lula, o Congresso Nacional recuperou de fato sua autonomia ante o poder executivo, e recuperou – de fato – suas prerrogativas que o autoritarismo neoliberal negava? Isto é, a votação – na forma como se desenvolveu – ajuda a fortalecer o processo democrático brasileiro?

Aldo: O governo Lula é um governo democrático. O que alguns vêem como fraqueza, eu vejo como força. Governos elitistas montam maiorias automáticas, passam o rolo compressor e levam o Legislativo à atrofia. O governo Lula reconhece a legitimidade do Congresso e das forças políticas nele representadas, aceita o diálogo sem abrir mão de suas propostas e de seus objetivos. O governo Lula não vê o Legislativo como entrave, obstáculo. Ele o enxerga como instância de representação da sociedade. Por isso mesmo, a proposta de reforma da Previdência pôde ser alterada na negociação com o Congresso.

A Classe Operária: É amplamente reconhecido o papel da liderança do governo na articulação dessa votação. Um que mudou

se desempenho favorável decorre da aplicação da política defendida pelo PCdoB em relação ao governo Lula?

Aldo: O PCdoB está numa posição privilegiada, pois historicamente defende o apoio a Lula, combinado com uma política clara e firme de ampliação das alianças. Alguns vêem antagonismo entre a centralidade da questão nacional e a busca da hegemonia dos setores mais avançados no campo democrático e patriótico. O governo Lula, nossa participação ativa nele, com independência e espírito de colaboração, é a demonstração definitiva de que esse antagonismo não existe.

A Classe Operária: A Reforma da Previdência é uma etapa aparentemente vencida; virão outras, como as reformas trabalhista ou política. Qual sua expectativa a respeito?

Aldo: Acredito que ambas estão ainda em um estágio muito inicial. O debate das duas deve ser levado ao conjunto da sociedade, para que amadureça. Defendo que mudanças nesses dois pontos devem ser produto de um amplo consenso na sociedade e entre as forças políticas.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Resoluções dos comitês estaduais

Após a divulgação da nota da Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, aprovada na reunião extraordinária ocorrida no último dia 9, vários comitês estaduais do Partido também se reuniram e deliberaram a respeito da votação da bancada do Partido na Câmara Federal. Até o fechamento desta edição, A Classe Operária havia recebido as resoluções aprovadas na Bahia, Distrito Federal, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Bahia

EM DEFESA DA UNIDADE E DA POLÍTICA DO PARTIDO

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, em reunião realizada no último dia 2 de agosto, em São Paulo, debateu e decidiu o voto do Partido referente ao relatório da reforma da Previdência, em fase final de deliberação no plenário da Câmara dos Deputados. A decisão tomada, por ampla maioria, foi pelo voto favorável da bancada comunista ao relatório do deputado José Pimentel (PT-CE), explicitando-o como um voto de dimensão política de apoio ao governo Lula e reiterando as divergências do PCdoB quanto à oportunidade e ao teor dessa reforma. Nesta reunião do Comitê Central participaram todos os integrantes da bancada que estão no exercício de seus mandatos.

Contudo, na votação ocorrida no plenário da Câmara, no dia 6 de agosto passado, a bancada comunista, ao contrário do que sempre se deu ao longo dos anos, não votou unida. Quatro parlamentares, Sérgio Miranda, Jandira Feghali — estes dois membros do Comitê Central —, Alice Portugal e Afonso Gil votaram em oposição a uma decisão democraticamente tomada pelo órgão superior de direção do Partido, o Comitê Central.

Este fato grave causou justificada indignação da militância comunista e o estranhamento da opinião pública, que sempre admirou a coesão do PCdoB. Sem dúvida, estes quatro parlamentares que externaram votos dissidentes transgrediram um dos princípios básicos que regem a vida do Partido Comunista: a unidade de ação. Violaram a disciplina partidária que é o cimento da sua construção.

O desrespeito destes parlamentares ao centralismo democrático sob nenhum argumento se justifica, sobretudo neste momento no qual as decisões do PCdoB são fruto de uma fértil democracia interna e oriundas da elaboração coletiva. Uma expressão do exercício desta democracia foi a realização da 9ª Conferência Nacional. O PCdoB foi o único partido da esquerda brasileira que convocou o conjunto de seus militantes para, coletivamente, elaborar sua política face ao desafio de garantir a vitória do governo Lula na condução das mudanças.

O ambiente partidário é, pois, de ampla liberdade de debate de idéias, inclusive, com a circulação de opiniões diferenciadas. Ambiente próprio e apropriado a esta etapa inédita da vida nacional na qual as forças avançadas ainda amadurecem suas elaborações quanto ao melhor caminho para consolidar a vitória alcançada. Contudo, a elevada democracia interna que estamos a desenvolver tem o objetivo de fortalecer o Partido, e fortalecê-lo significa um PCdoB unido. A unidade de ação, uma das principais condições de sua força, exige uma disciplina consciente. Se a disciplina é desrespeitada, o Partido debilita-se e não consegue cumprir suas tarefas históricas.

A decisão do Comitê Central acerca da reforma da Previdência foi antecedida de inúmeras reuniões da bancada comunista, de várias sessões da Comissão Política Nacional e do próprio Comitê Central. Foi decorrente de uma reflexão amadurecida, esculpida por todos e com base na política traçada pelo coletivo na 9ª Conferência e nas resoluções específicas do Comitê Central sobre o tema.

Compreendemos a existência de discrepâncias e opiniões conflitantes no debate sobre uma matéria complexa como esta, mas não é admissível que seja infringida a lei maior da organização do Partido, o centralismo democrático. Não é pertinente que posicionamentos pessoais tenham se colocado acima de uma decisão legitimamente construída e deliberada pelo Partido.

Desta maneira, não se justificam os votos dissidentes e a atitude de indisciplina dos quatro parlamentares já nomeados. Esse fato será encaminhado ao exame da Comissão Política e do Comitê Central para que adotem as medidas cabíveis.

O PCdoB é uma organização em crescimento e expansão, em ascendente conquista de respaldo dos trabalhadores e do povo brasileiro. Por isso conclamamos a militância a salvaguardar a unidade partidária, mantendo-nos coesos em

torno da justa política traçada pela 9ª Conferência Nacional.

Documento aprovado pelo Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil – Bahia

Distrito Federal

SOBRE O VOTO DA BANCADA COMUNISTA NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Comissão Política do Partido Comunista do Brasil, Distrito Federal, vem manifestar à Comissão Política Nacional e ao Comitê Central do Partido sua mais irrestrita solidariedade, concordância e apoio às decisões tomadas em relação ao voto da bancada comunista sobre a reforma da Previdência.

O Partido, desde cedo, manifestou ao governo sua posição crítica sobre o assunto. No decorrer da tramitação da matéria lutou para que pontos da reforma fossem alterados. Nesse movimento alcançou êxito, sobretudo no que diz respeito à manutenção da integralidade, à garantia de que a previdência complementar dos servidores fosse exclusivamente pública, ao fim da possibilidade de o seguro para acidente de trabalho ter cobertura privada e a medidas que garantissem a inclusão dos mais de 40 milhões de brasileiros que estão fora do sistema previdenciário.

O voto contrário de quatro deputados, mesmo diante da decisão do CC de votar favoravelmente ao texto, de mudanças importantes alcançadas na reforma, e dos apelos para que o Partido votasse unido, acabou por colocar em xeque o que há de mais decisivo em nossa organização revolucionária: o centralismo democrático.

Nesse momento em que milhares de novos militantes, lideranças políticas, sindicais e juvenis afluem ao Partido, em que cresce a influência e a projeção de nossa legenda, a atitude dos quatro parlamentares deseducam nossa militância, comprometem a ação política no parlamento e fragilizam a base de apoio parlamentar do governo Lula expondo-o a pressões dos setores continuistas. Um partido dividido é um partido fraco e um partido fraco não terá condições de influir a favor das mudanças que o Brasil tanto necessita e almeja.

Diante de fato tão grave, a Comissão Política do PCdoB/DF manifesta seu apoio irrestrito à direção nacional do Partido. Reafirma sua convicção de que não podemos transigir com os princípios partidários, espera que as medidas previstas no Estatuto sejam rigorosamente cumpridas e que os quatro parlamentares revejam seu voto e acompanhem no segundo turno a posição do Partido.

A Comissão Política do Partido Comunista do Brasil – Distrito Federal

Pará

COMUNICADO AO CAMARADA RENATO RABELO, PRESIDENTE NACIONAL DO PCDOB

O Comitê estadual do PCdoB, Pará, reunido nos dias 9 e 10 de Agosto de 2003, resolve registrar junto à Presidência nacional do Partido a seguinte opinião acerca dos fatos ocorridos quando da votação da reforma da previdência, na Câmara Federal, no dia 06 de agosto último:

1 – Ratificar a total concordância com as resoluções da 9ª Conferência Nacional, que definiu de forma democrática ao posicionamento do partido perante o Governo Lula;

2 – Concordar com as resoluções da 3ª reunião extraordinária do CC que definiram o posicionamento do Partido sobre o conjunto da reforma da Previdência e sobre o relatório a ser votado em plenário;

3 – Reafirmar a necessidade de medidas que visem a defesa da unidade e da disciplina partidária, princípios maiores da organização do PCdoB, gravemente atingidos pelo posicionamento dos parlamentares comunistas que votaram contra a posição do Partido durante o episódio referido;

4 – Depositar total confiança nos encaminhamentos a serem dados pelo Comitê Central à questão, que deverão, seguramente, ser marcados pela defesa dos princípios parti-

dários e pela serenidade, que inclusive, marcaram o processo de condução deste debate, aguardando que o desfecho do processo disciplinar já instaurado pela Comissão Política Nacional, seja o melhor para fortalecer e unificar o Partido, condição essencial para o avanço da luta do povo por um novo Brasil.

*Belém do Pará, 10 de Agosto de 2003
Comitê Estadual do PCdoB – Pará*

Paraíba

A Comissão Política do Comitê Estadual da Paraíba do Partido Comunista do Brasil, reunida nesta data, após debate entre todos seus membros sobre a posição dos quatro Deputados Federais da Bancada do PCdoB que resolveram votar contrários ao posicionamento tomado pelo Comitê Central do nosso Partido, referente ao Relatório do Deputado José Pimentel (PT-CE) sobre a Reforma da Previdência

RESOLVE:

Por unanimidade, apoiar em todos os seus termos, de forma irrestrita, a Nota Pública, “Em Defesa da Unidade e da Política do Partido”, do camarada Renato Rabelo, Presidente do PCdoB;

Por unanimidade, manifestar sua total e irrestrita concordância com a Resolução do Comitê Central do Partido, de 2 de agosto corrente, quanto ao voto do PCdoB na Reforma da Previdência; e

Por unanimidade, reafirmar sua incondicional unidade em torno do Comitê Central do nosso Partido e de suas orientações. A unidade revolucionária do Partido Comunista é princípio, meio e fim de sua própria existência. Nada. Absolutamente nada, justifica esta conduta desses camaradas.

João Pessoa, 9 de agosto de 2003

A Comissão Política do Comitê Estadual da Paraíba do Partido Comunista do Brasil

Paraná

1 - O Comitê Estadual do PCdoB/PR expressa o mais irrestrito apoio às decisões do Comitê Central e da Comissão Política Nacional no referente à Reforma da Previdência e o voto dos parlamentares Comunistas. E ressalta a importância da unidade e coesão do Partido, marca distintiva do PCdoB.

2 - Reafirmamos o nosso compromisso com as decisões da Conferência Nacional expressão da elevada democracia interna do Partido. Nesse sentido, conclamamos os militantes, amigos e simpatizantes para continuar o labor indispensável para levar a cabo a justa orientação política do PCdoB na luta por um novo rumo no País, buscando o êxito do Governo Lula.

*A Comissão Política do PCdoB - Paraná
Curitiba, 8 de agosto de 2003*

Pernambuco

A Comissão Política Estadual de Pernambuco do PCdoB, reunida na noite do último dia 11, pela unanimidade dos seus membros, decidiu:

Manifestar plena concordância com o conteúdo da Resolução da Comissão Política Nacional “Em defesa da unidade e da política do Partido”;

Promover, no âmbito do Comitê Estadual e das demais organizações partidárias – CMs, Obs, Comissões e Frações – amplo debate daquela Resolução com o propósito de reforçar a saúde ideológica e o discernimento político do coletivo militante;

Redobrar os esforços do coletivo partidário direcionados para a ação política geral, a luta de idéias, o incremento da participação dos comunistas nos movimentos sociais e o aprimoramento da atividade institucional, fatores determinantes da aplicação prática da orientação da 9ª Conferência Nacional.

Recife, 11 de agosto de 2003

A Comissão Política Estadual

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Continua

Continuação

Rio Grande do Sul

PRESERVAR SEMPRE OS ALICERCES DO PARTIDO

Reunida na segunda-feira passada, dia 11, a Comissão Política do Comitê Regional do Partido reprovou, por unanimidade dos presentes, a conduta dos quatro parlamentares federais da bancada comunista, ao descumprirem orientação da direção do PCdoB na votação do Relatório da Reforma da Previdência.

Dois alicerces da fortaleza partidária – o centralismo democrático e a unidade – foram golpeados, atingindo a credibilidade pública do Partido, tão ardorosa e duramente construída.

Não aceitamos que isso aconteça. A democracia no interior de nossa organização marxista está se aprofundando, a partir da consulta devida ao coletivo e da garantia de livre, e responsável, manifestação de opiniões a todos os filiados.

O estágio da luta política assim permite e queremos, todos, dar continuidade e qualificar sempre mais esse processo. Mas, na mesma medida, queremos ver fortalecidos os princípios basilares avançados que nos distinguem, entre os quais o respeito honroso à disciplina e a subordinação consciente da minoria à maioria.

Nada, em circunstância alguma, justifica outra conduta que não a da substantiva prática do centralismo democrático, base para o fortalecimento da unidade. É verdade, também substantiva, que nossas lideranças, em todas as esferas da vida política, devem ser preservadas, por se constituírem em patrimônio valioso da luta social dos comunistas. Estes lutadores sociais são importantes pontos de contato da organização com os trabalhadores, filiados ou não ao Partido. Sua responsabilidade partidária, por isso mesmo, está na exata medida do alcance da representação conquistada. Em circunstâncias tão desafiadoras como a da realidade brasileira, de um governo nacional de centro-esquerda e de um emaranhado de adversidades internacionais, a disputa política nos exige mais firmeza e maior lucidez, tanto quanto apurado discernimento. São preceitos irremovíveis de nossa ética transformadora.

Estamos solidários com a Direção Nacional de nosso Partido Comunista do Brasil.

Porto Alegre, 11 de Agosto de 2003.

A Comissão Política do PCdoB no Rio Grande do Sul

VIDA PARTIDÁRIA

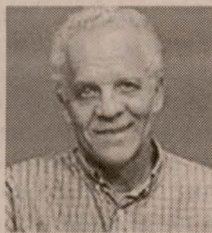
Dois mil novos filiados em São Paulo – entre eles, Ademir da Guia

JÚLIO VELLOZO

Depois de três meses de intensa campanha, o PCdoB da capital de São Paulo conseguiu um grande resultado: filiou 2 mil novos militantes, cumprindo a meta que havia sido estabelecida. A campanha seguiu as orientações do Plano de Estruturação Partidária e os resultados vieram em categorias profissionais que estavam entre as prioridades do Partido. Só entre os trabalhadores dos Correios foram mais de 100 filiações. Para comemorar essa vitória e para recepcionar os novos comunistas, foi realizada, no dia 8 de agosto, sexta-feira, uma grande festa, na quadra da escola de samba Unidos do Peruche, que contou com a presença de mais de 2 mil pessoas.

A festa foi animada com a apresentação da Velha Guarda da Camisa Verde e Branco, que tem como um de seus integrantes principais Airton Santa Maria, compositor e cantor que é um dos novos filiados do PCdoB. Os novos filiados foram saudados pelo deputado federal e líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo que homenageou todos os filiados citando o nome de alguns novos militantes ilustres, como Ademir da Guia, ex-craque do Palmeiras, e Douglas Deungaro (Metaleiro), dirigente da Gaviões da Fiel.

Depois da saudação a festa continuou, tendo como ponto alto a apresentação da Bateria do Peruche e da Porta-Bandeira da escola que carregava, junto ao estandarte da escola, a bandeira vermelha dos comunistas brasileiros. Foi uma noite que serviu, entre outras coisas, para demonstrar que os comunistas estão, como diz a resolução da reunião da Comissão Política Nacional, “em ascendente conquista de respaldo dos trabalhadores e do povo brasileiro”.



Ademir da Guia



Mais de 100 comunistas de todo o país participaram do encontro em Luziânia

UNIVERSITÁRIOS E SECUNDARISTAS

Jovens comunistas

RICARDO “ALEMÃO” ABREU*, FÁBIO PALÁCIO** E WADSON RIBEIRO***

Dois acontecimentos agitaram a juventude comunista no começo de agosto. O primeiro deles foi o Encontro Nacional Partido e Juventude, realizado em Luziânia, no entorno de Brasília, entre os dias 1 e 3; o outro foi a Plenária Nacional da União da Juventude Socialista, encerrada dia 5. Ambos os eventos reuniram mais de 100 jovens de todo o país, que debateram os desafios de sua organização e as perspectivas futuras.

Cento e vinte jovens comunistas, de 22 unidades da federação participaram do Encontro Nacional “Partido e Juventude”, ocorrido em Luziânia. Participaram também membros do Comitê Central, secretários e responsáveis de Juventude de 14 estados, além de membros de Comissão Política ou do Secretariado de comitês estaduais e municipais, dirigentes da UJS, parlamentares e camaradas em função de governos em nível federal, estadual e municipal.

A validade e atualidade dos fundamentos da política comunista para a juventude foram reafirmadas no encontro, consubstanciadas nas resoluções dos 9º e 10º Congressos do Partido e nas resoluções do Comitê Central de 1996 e 1999, que constam do livretinho Partido e Juventude, publicado durante a preparação do Encontro.

A UJS é uma solução organizativa adotada em função de uma ousada linha de massas no trabalho com os jovens no Brasil. Não copia os modelos clássicos, mas é solução brasileira e inovadora no movimento comunista internacional. Para avançar em sua construção, é preciso aprofundar as resoluções do relançamento da UJS, sendo consequentes com elas neste novo momento, neste novo impulso da construção da organização juvenil.

Recentemente os comunistas tiveram vitórias excepcionais. Houve avanços na CUT, o PCdoB realizou uma vitoriosa 9ª Conferência, e teve sua política testada e aprovada no 48º Congresso da UNE, onde a influência comunista foi consolidada. O momento é de expansão e fortalecimento do Partido e da UJS, de muitas possibilidades.

A juventude é uma área estratégica para o trabalho partidário, ao lado do proletariado e da intelectualidade. É preciso extrair todas as consequências dessa afirmação. Uma forte influência entre a juventude significa uma maior influência presente e futura entre os intelectuais e os trabalhadores brasileiros.

A Plenária Nacional da UJS, ocorridas em seguida ao Encontro Nacional Partido e Juventude, avaliou a atuação da entidade no 48º Congresso da UNE e destacou a vitória “maiuscula” neste que foi seu primeiro grande desafio político sob o novo governo. Com esta vitória, a UJS torna-se “a força política que está à frente da UNE pelo maior período ininterrupto desde sua fundação, superando a Ação Popular (AP), que passou 12 anos elegeo o presidente da UNE”.

O êxito do movimento Pra Conquistar o Novo Tempo! – apoiado pela UJS – foi atribuído, em primeiro lugar, à correta avaliação do caráter do Governo Lula – um governo em disputa – e do papel da UNE na nova conjuntura – o de lutar pelas mudanças, ampliando as mobilizações e guardando a postura de independência, marcas registradas do movimento estudantil.

A Plenária debateu também o programa de 1º emprego para a juventude, do Governo Lula. Destacou que, sem a retomada do desenvolvimento econômico e a reconstrução do

Estado Nacional, qualquer proposta de emprego para a juventude não representa mais que um paliativo. Adiantou que, “mesmo com a retomada do desenvolvimento econômico, serão necessárias outras medidas para gerar a quantidade de novos empregos que atenda os 13 milhões de desempregados e os 1,5 milhão de jovens que entram a cada ano no mercado de trabalho”.

A Plenária Nacional decidiu relançar a campanha por Emprego para a Juventude buscando, em primeiro lugar, elevar o número de jovens atendidos pelo programa federal. Hoje há cerca de 6 milhões de jovens entre 16 e 24 anos procurando emprego (44% do total de desempregados). Destes, o programa atenderá inicialmente apenas 250 mil.

A UJS também lutará contra a flexibilização e a precarização das relações de trabalho. Participará ativamente, em conjunto com a CSC – exercendo ambas papel fiscalizador –, dos conselhos das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), das comissões de emprego municipais e estaduais e das ouvidorias de juventude que serão criadas.

Ano Secundarista

Outro destaque da plenária foi o debate sobre o movimento secundarista, sendo aprovado o lançamento do Ano Secundarista, cujo ponto alto será o 12º Congresso da UJS (junho de 2004), e que materializa uma das resoluções de seu último Congresso da UJS que exigia “mais atenção ao movimento secundarista”. A UJS vai debater, em todos os níveis de suas direções, ao longo do Ano Secundarista, a atualização de sua política para esta frente, visando traçar uma orientação que dê conta da avenida de possibilidades que se abre para o próximo período.

A UJS vai investir mais, política e ideologicamente, no movimento secundarista; melhorar seu acompanhamento político e disputar as principais entidades do movimento – em geral situadas nas grandes escolas e escolas técnicas das principais cidades e estados.

Dentre os desafios da Ubes merecem destaque a elevação, a um novo patamar, da elaboração educacional; a construção e consolidação de entidades nos principais estados, municípios, escolas, e a busca de avanços nas áreas de finanças, comunicação, relações internacionais e na diversificação das atividades da UBES, com destaque para a área de esportes.

A Plenária decidiu também reforçar a convocação para a jornada nacional de lutas do movimento estudantil, que ocorre de 11 a 15 de agosto, e para a jornada de lutas dos movimentos sociais, marcada para a primeira quinzena de setembro. Também o Congresso da União Brasileira de Mulheres (15 a 17 de agosto) terá ativa participação da UJS.

Por fim, foram aprovadas mudanças na Direção Nacional da UJS, com a saída dos companheiros George Braga, Marcus Vinícius, Maksandro Souza e Adriana Santos, que foram substituídos por Gustavo Lemos Petta, José Carlos Santos, Leonardo Bulhões e Ana Carolina. Os companheiros André Coutinho e Vandrê Fernandes foram incorporados à Executiva da Direção Nacional da UJS.

*secretário de Juventude do Comitê Central do PCdoB
**diretor de comunicação da UJS
***presidente da UJS
CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

POLÍTICA

União pelo desenvolvimento, emprego e valorização do trabalho

COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÊ CENTRAL DO PCdoB*

No sétimo mês do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o curso dos acontecimentos no país adquiriu uma nova dinâmica cujos componentes centrais poderiam ser assim alinhados: certo crescimento da luta popular, maior atividade dos setores conservadores que procuram se reorganizar e retração da economia nacional.

Reflexo da crise social que vive o Brasil, com a existência do novo governo de liberdade política é natural que cresçam a organização e o movimento popular por sentidas e antigas reivindicações por terra e moradia. Diante do crescimento da luta popular, setores da classe dominante, seus representantes e grande parte da mídia procuram transmitir uma versão alarmista dos fatos, a fim de forjar um clima de guerra social e instabilidade política, exigindo que o governo trate a questão social a *à manu militari*. Numa nítida tentativa de consolidar o contínuismo, ganha corpo uma linha editorial sincrônica e petulante, voltada para a cobrança permanente no sentido de que o governo prove e comprove que “os contratos e a lei serão respeitados”, e de que a insurgência do movimento social e o “recuo” na reforma da Previdência afasta os investidores do país. A oposição conservadora, em formação, procura explorar a situação em desenvolvimento, tentando cunhar a idéia provocadora de que o governo é inseguro e inconfiável, intentando desacreditá-lo.

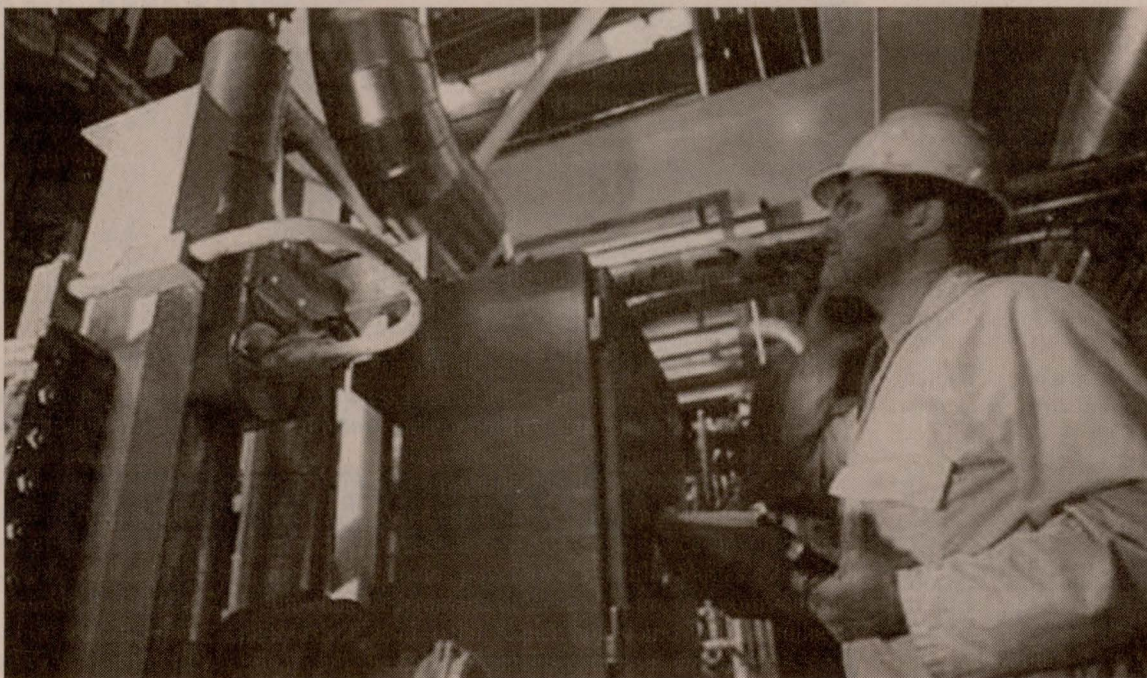
Tudo isto se desenrola tendo como pano de fundo a queda acentuada do nível de atividade econômica, do consumo e da renda em nosso país, caminhando para um quadro de recessão. O desemprego atingiu patamares inéditos. Aumentam as falências e a inadimplência. A utilização da capacidade instalada da indústria retrocedeu aos patamares de 1999, as expectativas de crescimento econômico neste ano estão sendo reduzidas e é prevista uma desaceleração da marcha das exportações. Cresce um clamor entre os empresários para que se adotem medidas de emergência que ativem a economia; os sindicatos e a massa operária da indústria se mobilizam em grandes atos para garantir seus empregos ameaçados.

No âmbito mundial, acentua-se a tendência a uma recessão sincrônica nos três grandes centros do capitalismo – Estados Unidos, Europa e Japão –, restringindo o efeito expansivo das exportações e dos investimentos diretos nos países periféricos. Persistem as ameaças guerreiras da potência hegemônica, mantendo uma situação de incertezas e instabilidade. Essa realidade, no seu conjunto, demonstra um quadro de certa gravidade, que pode transbordar mais intensamente para o plano político.

O governo Lula, quando assumiu no primeiro dia deste ano, teve de enfrentar grave crise conjuntural, acentuada desde 2001 – produto de profunda crise estrutural e de incertezas externas –, que exigiu soluções emergenciais para conter a iminência de insolvência do país e a escalada inflacionária em marcha. Conseguiu êxito nesse propósito permitindo a formação das condições de governabilidade.

A saída encontrada pelo novo governo, diante das contingências e dos condicionamentos impostos pelo terceiro acordo vigente com o FMI foi manter a política monetarista ortodoxa predominante. O governo herdou uma situação resultante de um efeito cumulativo das décadas, “perdida” e “desperdiçada”, respectivamente, de 1980 e 1990. Sobre tudo nos dois períodos de governo de Fernando Henrique, a dívida pública e o passivo externo galgaram enorme progressão, levando o país a forte vulnerabilidade externa, acompanhada do predomínio da estagnação econômica e conseqüente crescimento do desemprego aberto, do trabalho informal, da diminuição da renda média da maioria dos assalariados e da expansão da marginalização social.

Mas, como foi acentuado na Resolução Política da 9ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil essa orientação econômica não deve ter uma função permanente. Exige, mesmo que num processo gradativo, um redirecionamento para a mudança. A persistência de uma política macroeconômica objetivando metas de inflação muito rigorosas para o padrão da economia nacional, sustentada na



Retomada da produção requer política econômica desenvolvimentista

manutenção de juros muito elevados, pesados superávits fiscais primários e ao capricho de um câmbio livre que sobrevaloriza o Real, visto que aplicada a uma realidade resultante de efeitos cumulativos de um desenvolvimento contido, vem provocando acentuada desaceleração econômica, agravando ainda mais a crise social vivida pelo país. Neste momento, são muitos os que se juntam em afirmar que, para combater a inflação, não se pode matar o paciente; ou seja, o efeito colateral é devastador para a economia real. Empresários chegam a afirmar que a política monetária adotada é muito rígida e que estamos caindo na mesma armadilha passada de juros altos e câmbio valorizado.

A escolha política

O desafio primordial é a transição para um novo modelo de desenvolvimento soberano, crescente e duradouro, com geração de empregos e distribuição de renda – compromisso essencial do governo Lula e das forças que o sustentam. Entretanto, nas condições contemporâneas da ordem mundial, do sistema econômico dominante e dos impasses históricos brasileiros, esta é uma missão árdua, prolongada e que requer nitidez dos objetivos pretendidos e persistência para cumprir esse compromisso, que é a razão de ser do novo governo. Encontramo-nos no começo da caminhada de quatro anos, um tempo relativamente curto.

Buscam-se, no momento, os meios e as formas de realizar grandes investimentos em infra-estrutura e nas chamadas áreas sociais; coloca-se em discussão o Plano Plurianual (PPA) para definição do planejamento estratégico; procuram-se novos mercados para ampliar as exportações; define-se um novo modelo energético, reforçando o papel do Estado; recompõe-se o papel desenvolvimentista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); reconstrói-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); lança-se um Programa de Desenvolvimento sustentável para a Amazônia; estabelecem-se vários programas sociais e um plano de assentamento na terra de 60 mil famílias em um ano; obtém-se certo êxito na inserção internacional do Brasil e se reconstruem os marcos iniciais de uma política externa soberana; investe-se na democratização da relação do governo com a sociedade, com a formação de conselhos de discussão estratégica e temática.

Porém, essa realidade de múltipla ação governamental, exige um fio condutor político claro em relação a uma estratégia de desenvolvimento atual, que comporia um Projeto Nacional. A difícil recuperação do desenvolvimento econômico não se dá de forma espontânea, conforme mostra nossa história recente, considerando-se os exemplos desenvolvimentistas percorridos pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. A retomada do desenvolvimento, com seu norte na transformação social, requer, hoje como antes, escolha política, com suas conseqüências expressas em interesses concretos beneficiados ou contrariados. Como afirma, de forma fundamentada, Celso Furtado, a decisão econômica e antes de tudo política – é esta que dirige a economia, não o contrário.

Isso não significa que se vá desconsiderar as leis objetivas da economia e deixar de buscar as soluções técnicas compatíveis. Mas a solução é antes de tudo política e não técnica.

Destravar o investimento produtivo

A situação vai exigindo a opção do caminho para o desenvolvimento, tendo por base os interesses nacionais e do povo brasileiro. As potencialidades produtivas, os graves problemas sociais e o fortalecimento democrático exigem um novo modelo, com expressivo desenvolvimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda. A implantação desse modelo requer uma política econômica, por um lado, com autonomia nacional – em vez dos constrangimentos impos-

tos pelos mercados financeiros internacionais e pelas condicionalidades do FMI – e, por outro, com foco no desenvolvimento econômico e social, em vez do exclusivismo no combate inflacionário. Em vários países asiáticos, assim como em outras partes do mundo, os exemplos indicam que a clareza da orientação econômica decorre de uma concepção política acerca de um projeto nacional de desenvolvimento.

A questão chave da deflagração e sustentação do novo ciclo de desenvolvimento é o investimento. Esta é a variável principal na dinâmica macroeconômica e sua dimensão depende principalmente do mercado interno. Por isso, o nó da questão está na necessidade de destravar o investimento produtivo relativamente bloqueado nestes últimos 20 anos. A partir da retomada da atividade produtiva, é preciso desenvolver um movimento da economia para que a taxa de investimento avance, indo dos atuais 18% do Produto Interno Bruto para cerca de 25% do PIB. Na dinâmica econômica a própria poupança, ora tão discutida, é conseqüência do investimento e expansão do nível de atividade.

Nestes termos, para que não se limite à mera recomposição provisória do consumo e de crescimento da capacidade produtiva instalada, e para não se cair na marcha do *stop and go* dos últimos anos, é preciso que o ritmo elevado do investimento conduza a economia para a trajetória do alto crescimento de médio e longo prazos. Para destravar o investimento neste momento, o Estado tem um papel insubstituível, com obras (estradas, portos, energia etc.) e projetos sociais (educação, saúde), gerando novas condições de dinamismo e expectativas, possibilitando novas oportunidades econômicas, estimulando o investimento privado. Em vez dos limitados R\$ 7 bilhões de investimentos públicos no orçamento deste ano, há que se levar avante, por exemplo, o plano de investimentos pesados, elaborado pelo BNDES a pedido do presidente Lula. Os gastos em habitação popular e saneamento favorecem a retomada do crescimento econômico e se voltam para os interesses sociais, em resposta à grave situação de marginalização.

Dentro desta perspectiva de destravar o investimento produtivo, torna-se questão política relevante o relacionamento do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com base nos interesses soberanos do país, inclusive preservando a autonomia em se estabelecer uma política econômica nacional, já que o atual acordo expira no final deste ano. O presidente do BNDES afirma que o plano de investimento pesado em infra-estrutura, da ordem de R\$ 400 bilhões, estará ameaçado senão se reverter a exigência do Fundo de classificar investimentos do Estado e das empresas estatais na rubrica de despesas.

União pelo desenvolvimento e emprego

CDM
Acumulam-se as condições gerais e a ampla convergência social para o redirecionamento da política econômica, voltada para o desenvolvimento, que tenha como objetivo a melhoria da qualidade de vida e o crescimento econômico.

60 ANOS

Conferência da Mantiqueira: comunistas enfrentam a ditadura e reorganizam o Partido

CARLOS POMPE

Primeiro, o movimento social vai adquirindo envigadura, colocando em ação importante força motriz das organizações dos trabalhadores e populares, exigindo, na sua peleja, emprego, terra e moradia. A luta pela reforma agrária alcança maior dimensão visando ao direito democrático do acesso à terra para uma grande massa sem perspectiva e que nela quer trabalhar.

Segundo, neste momento, tal situação se liga com a reivindicação dos empresários, em todos os níveis que, diante da contenção da expansão produtiva, exigem a retomada, desde já, do desenvolvimento econômico, propondo, para isso, a formação de parceria entre governo, empresários e trabalhadores.

Terceiro, esse somatório de interesses pode dar origem a um movimento pela soberania, desenvolvimento e empregos em torno da adoção de medidas macroeconômicas expansionistas, que pode confluir para o seguinte:

Para reduzir a vulnerabilidade externa: a) restrição às atividades especulativas e controle das contas CC-5, evitando instabilidades cambiais, as repercussões inflacionárias e preservando a autonomia da política de juros; b) câmbio que previna inflações doméstica e internacional e ajude o superávit da balança comercial; c) diminuição da dívida externa, política de elevação e defesa das reservas internacionais; d) integração com a América do Sul e ampliação e diversificação do comércio (Mercosul e Pacto Andino), busca de acordos com a China, Índia, Rússia, África do Sul etc.; e) atração do investimento direto, vinculado a metas de exportação e de nacionalização do conteúdo dos produtos.

Para retomar e sustentar o crescimento econômico e gerar emprego: a) redução acelerada da taxa Selic (alcançar taxa de juros reais em torno de 6% a 8%); b) redução do depósito compulsório sobre os depósitos bancários e do *spread* bancário; c) acesso e direcionamento do crédito para o financiamento da produção de longo prazo; d) participação ativa dos bancos públicos na nova política de crédito; e) aproveitamento da atual reforma tributária para introdução de forte desoneração dos investimentos produtivos e das exportações; f) recuperação do poder aquisitivo dos salários, redução da jornada de trabalho, implementação da reforma agrária; g) adoção de política ativa que propicie um novo patamar de desenvolvimento industrial; h) ênfase ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Para assegurar a estabilidade: a) redução da dívida pública em relação ao PIB, com base na redução da taxa de juros e no crescimento econômico; b) em relação à dívida interna, buscar desindexá-la ao dólar, prefixando-a e alongando seus prazos; c) combate à inflação, elevando a oferta de produtos, evitando os choques de desvalorização cambial, revisando contratos de preços administrados, proibindo a indexação de preços.

Estas são as propostas que o Partido Comunista do Brasil oferece ao governo, que tem a participação dos comunistas, e aos diversos setores sociais e políticos da base de sua sustentação. Esta hora requer um enorme esforço comum, contribuindo para uma ampla unidade nacional em torno da liderança do presidente Lula, pela consecução de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, com geração de empregos, distribuição de renda e ampliação da democracia.

*São Paulo, 9 de agosto de 2002

Há 60 anos, no dia 27 de agosto de 1943, ocorreu a II Conferência Nacional do Partido Comunista, conhecida como Conferência da Mantiqueira, que reorganizou o Partido após o duro golpe perpetrado pela ditadura do Estado Novo, que desmantelou a direção nacional comunista no final da década de 1930. Naquela reunião foram eleitos para o Comitê Central, pela primeira vez, dentre outros, João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Diógenes Arruda, além de Luís Carlos Prestes e Carlos Marighela (que estavam presos).

Por diversas vezes, João Amazonas destacou a importância da Conferência, como na entrevista realizada pelo jornalista Geraldo Pereira em 21 de junho de 1999; na intervenção em homenagem a Diógenes Arruda, "Uma vida dedicada à causa comunista", publicada em *A Classe Operária*, ano 74, nº 183, 8 de dezembro de 1999; e no depoimento ao professor Edgard Carone, em 19 de maio de 1988.

João Amazonas havia ingressado no Partido através das atividades da Aliança Nacional Libertadora (ANL): "Devo dizer que, desde esse momento, não dei outro passo na vida que não fosse no mesmo caminho do movimento revolucionário. E aí, da ANL fui imediatamente recrutado para a juventude comunista, para a militância do Partido etc. Começou aí, praticamente, a minha atividade política organizada".

Com a ilegalidade da ANL, a partir de 12 de julho de 1935, e a instauração do governo ditatorial do Estado Novo, em 1937, cresceu a repressão contra os comunistas e democratas. As prisões do Comitê Central em 1939 e do Comitê de São Paulo em 1940 foram os golpes mais sérios que o Partido sofreu.

Mas o Partido não deixou de existir, apesar de praticamente destruído, sobrando apenas grupos esparsos de comunistas, espalhados pela Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e no exílio. O início do trabalho de reorganização em escala nacional foi imediato. Em Belém (PA), João Amazonas, Pedro Pomar e outros foram encarcerados. "Na cadeia, fizemos greves de fome, protestos, agitações democráticas. Nessa prisão, recebemos a notícia da invasão da União Soviética pela Alemanha hitlerista. Nossa indignação foi enorme. Reunimo-nos, nesse mesmo dia, e juramos sair da prisão para continuar a luta de vida e morte contra o nazismo, contra também o Estado Novo, de molde fascista, que oprimia o povo brasileiro".

A fuga, que envolveu outros prisioneiros, ocorreu no dia 5 de agosto de 1941. Em setembro, Amazonas e Pomar, foragidos, chegaram ao Rio de Janeiro, que era a capital federal. Os dois paraenses foram incorporados a essa tarefa. Amazonas foi enviado a Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e conheceu Diógenes de Arruda Câmara, com quem discutiu a preparação da conferência de reorganização. Em meados de 1943, João integrou a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) do Partido. Voltou ao Rio e atuou no movimento sindical, com nome de guerra.

A II Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, preparada durante quase um ano, foi realizada finalmente no município fluminense de Barra do Piraí. Ela é, "indiscutivelmente, um grande marco de nossa história. Mostra a capa-



Manifestação pela anistia para os comunistas durante o Estado Novo

cidade do Partido reagir às situações mais difíceis impostas pela reação. Conseguimos nos reerguer contra as adversidades. Uma Conferência pobre do ponto de vista material – o nome é pomposo, mas o local de sua realização era um barracão muito tosco, sem o mínimo de condições de sobrevivência. Nem mesmo o serviço sanitário existia. Sem a reorganização do Partido, seria difícil implementar uma orientação mais concreta, mais ajustada ao momento em que vivíamos", conta João.

Na abertura dos trabalhos foi feita uma homenagem a Stalin, que estava à frente da construção do socialismo na União Soviética e da luta contra o nazi-fascismo; a Luís Carlos Prestes, então encarcerado; a Harry Berger (Arthur Ewert), dirigente comunista alemão preso no Brasil (barbaramente torturado e levado à loucura na prisão – o advogado Sobral Pinto chegou a pedir para ele a aplicação da Lei de Proteção aos Animais, buscando livrá-lo dos alcoses), e a outras figuras destacadas do movimento revolucionário. A ordem do dia constou de três pontos: informe político, informe de organização e eleição do Comitê Nacional. Além dos informes, foram apresentadas diversas intervenções especiais. A Conferência aprovou o trabalho do secretariado nacional provisório e confirmou a modificação na orientação do Partido a partir de 1941, corrigindo a linha direitista que predominou nos anos de 1936 a 1940.

"Os militantes que reconstruíam o Partido eram pouco conhecidos, em geral quadros dos comitês regionais, sem maior projeção no cenário nacional. Afinal, essa nova equipe – Arruda, Grabois, Pomar, eu e outros camaradas – era formada por pessoas sem posição de destaque no Partido, na época, a não ser nos lugares onde tínhamos atuado. Todos nós, que participamos da Conferência, fomos partidários decididos da existência do Partido. A própria Conferência foi um coroamento desta nossa concepção. Uma luta difícil e que foi vitoriosa. Nós já contávamos aí com alguns milhares de membros espalhados pelo país. Esta Conferência coroou todo o trabalho de reorganização do Partido num período relativamente curto que vai de 1941 a agosto de 1943", contou João Amazonas sobre este marcante fato da história do Partido Comunista.

A fonte da nossa força

Extratos de textos de João Amazonas em defesa do Partido

A defesa do partido revolucionário da classe operária foi uma constante na trajetória de João Amazonas. Eleito membro do Comitê Central na Conferência da Mantiqueira, em 1943 – que reorganizou o Partido e da qual foi um dos idealizadores –, foram freqüentes suas intervenções em defesa da organização de vanguarda do proletariado, Estado-Maior ideológico, organizativo e político dos comunistas.

Num Pleno do Comitê Central, em fevereiro de 1951, João analisou a atuação das organizações de base e da direção comunistas, onde afirmou: "O papel das direções é ajudar, ter

paciência, dar saída prática às dificuldades que os militantes encontram, é contribuir para encontrar aquela tarefa que mais rapidamente permite jogar as massas na luta para levá-las a novas posições políticas. A maneira de como a célula deve trabalhar na empresa, de como deve levantar as questões, precisa constituir preocupação também das direções. (...) Devemos ajudar as células a encontrar meios e formas de explicar às massas a política do Partido e de convencê-las, através da prática, da sua justeza, tendo presente que o Partido ganha a confiança das massas não somente porque lança palavras de

ordem acertadas e interpreta de maneira justa os acontecimentos, mas também porque formula corretamente as mais sentidas reivindicações das massas e luta por elas".

Em fevereiro de 1954, encarregado de preparar o projeto de novos Estatutos, fez uma intervenção para o Comitê Central intitulada *As modificações nos Estatutos do PCB*, onde afirma: "Introduzimos, no novo projeto, como primeiro dever do membro do Partido, a salvaguarda da unidade do Partido". É da "unidade inquebrantável" que "emana a força invencível do Partido", e zelar por ela é "o dever principal dos comunistas. Introduzimos,

igualmente, como deveres, a vigilância política, a fidelidade ao Partido, ser sincero e honesto para com o Partido, e o desenvolvimento da crítica e da autocritica". Idéias que repete no informe apresentado ao IV Congresso do Partido, Sobre as modificações nos *Estatutos do Partido Comunista do Brasil*, uma análise das questões organizacionais e também uma defesa da teoria leninista de partido de vanguarda:

"Cumprir todas as decisões do Partido. Entre as condições que se exigem do militante para ser considerado membro do Partido está a obrigação de cumprir todas as decisões do Partido, cujas decisões só se tornam

realidade quando os seus membros lutam decididamente por sua execução."

"**Lutar pela unidade do Partido.** A salvaguarda da unidade do Partido é o dever primeiro de todo militante. A unidade do Partido é a condição principal da força do Partido. A unidade e a coesão das nossas fileiras são as características essenciais de um Partido de novo tipo", no qual "a minoria se subordina à maioria" e "as resoluções são obrigatórias para todos" pois as "decisões dos Congressos, das Conferências, dos Plenos do Comitê Central constituem a vontade coletiva do Partido".

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

“É preciso criar uma cesta básica de direitos”

Entrevista com Pascoal Carneiro

OSVALDO BERTOLINO

No próximo dia 13, começam efetivamente os trabalhos do Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Segundo Pascoal Carneiro, dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que representará a Corrente Sindical Classista (CSC) na Comissão de Sistematização do FNT, estarão representados os trabalhadores dos sindicatos filiados à CUT, com seis dirigentes; à Força Sindical, com 5; à CGT com 2; à SDS com 2; e à CGTB com 2, além de representantes empresariais.

O dirigente da CSC afirma que entre as centrais já existe uma pauta de discussão, envolvendo assuntos diversos – como a unidade sindical, o direito de greve e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Pelo organograma do FNT, em todos os estados haverá oito comissões discutindo diferentes temas. O resultado será submetido à discussão também em oito comissões de âmbito nacional. A idéia do governo é construir consensos. “O Lula disse no lançamento do FNT que é preciso construir um modelo sindical intermediário, mas entre capital e trabalho não existe consenso”, diz Pascoal.

A Classe Operária: O que a CSC espera das discussões no FNT?

Pascoal: Os debates podem ter como resultado o fortalecimento dos trabalhadores ou dos empresários. Mesmo setores do sindicalismo que defendem mudanças na estrutura sindical e na legislação trabalhista podem achar que estão fortalecendo os trabalhado-

res quando na verdade estão mesmo é jogando água no moinho do patronato.

A Classe Operária: Você se refere à Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)?

Pascoal: Essa é uma das questões. Em todos os países onde existe o pluralismo sindical, os trabalhadores perderam. Veja o exemplo do México. Lá se aplica a Convenção 87 da OIT e os sindicatos não têm poder de mobilização devido à fragmentação dos trabalhadores. O caso mais evidente é o do Nafta (acordo comercial entre Estados Unidos, México e Canadá), que sacrificou direitos trabalhistas e a própria economia do país.

A Classe Operária: Então por que essa idéia ganhou tanta força no Brasil?

Pascoal: Não só no Brasil. Em Portugal, por exemplo, onde a idéia da unicidade é forte, a poderosa central norte-americana Ciois patrocinou outras centrais para competir com a histórica CGTP. A estratégia da Ciois não foi bem-sucedida, mas ela continua na ofensiva em todo o mundo. Seu ideal se coaduna com o projeto neoliberal, que não interessa, a rigor, nem aos trabalhadores e nem à economia dos países periféricos.

A Classe Operária: Interessa a quem então?

Pascoal: Às multinacionais. Nos Estados Unidos não se aplica essa Convenção. A Ciois se alinha aos grupos imperialistas nessa questão por ela também se benefi-

ciar com esse modelo que transfere riqueza da periferia para o centro do sistema. Assim eles têm lá mais recursos e se fortalecem.

A Classe Operária: Que estratégia a CSC defende para enfrentar essa ofensiva?

Pascoal: Nós achamos que primeiro é preciso construir uma “cesta-básica” de direitos, digamos, para depois se falar em mexer na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em outras leis que custaram anos de luta. São discussões difíceis e complexas, que não podem ser feitas a toque de caixa, como ocorreu com a reforma da Previdência. Primeiro, é preciso discutir o que nos une, e depois partir para as questões mais polêmicas.

A Classe Operária: E o que une o movimento sindical hoje?

Pascoal: Primeiro: reconhecimento legal das centrais sindicais. Precisamos de uma personalidade jurídica, de normas para a sua constituição. Não se pode deixar essa questão sem critérios básicos, sem normas de funcionamento democrático e transparente. Segundo: o governo Lula precisa remover os entulhos autoritários criados pelos governos FHC – principalmente os que precarizam as relações de trabalho e fragilizam a fiscalização de irregularidades pelo Ministério do Trabalho – e mesmo alguns deixados pela ditadura militar. Terceiro: organização sindical por local de trabalho. É preciso democratizar as relações trabalhistas. Por exemplo, os trabalhadores precisam ter participação

nas decisões sobre inovações tecnológicas, que geram desemprego e acarretam doenças ocupacionais.

A Classe Operária: Você vê possibilidade de o FNT começar os trabalhos por esses temas?

Pascoal: O quadro é difícil, mas se não for por aí certamente os trabalhadores sairão perdendo. Nesse quadro de euforia do capital com as propostas que estão surgindo, é preciso ter muita tranquilidade. Primeiro é preciso tratar da reforma sindical, para depois se falar em mudanças na legislação trabalhista. Precisamos saber como vai ficar a estrutura sindical, que mudanças serão feitas e como os trabalhadores vão se organizar.

A Classe Operária: E o que a CSC propõe nesse sentido?

Pascoal: Nós defendemos a unicidade, com sindicatos por ramos de atividades e base mínima em um município. Cada sindicato, único por categoria, representaria todos os trabalhadores daquele ramo. Esse sim é um meio eficiente para se acabar com a proliferação de sindicatos e garantir a unidade dos trabalhadores. Mas mesmo essa discussão deve ser precedida de uma garantia mínima de direitos. Não achamos que a discussão dessas reformas deva começar pelo antagonismo unicidade versus pluralidade.

A Classe Operária: A CSC defende mudanças na CLT?

Pascoal: Na CLT existem muitos artigos que interessam aos trabalhadores. Muitos podem ser atualizados, mas não achamos que

liberdade e autonomia sindical se conquista com normas liberais, desregulamentadas, para as relações de trabalho. Veja o exemplo do poder normativo da Justiça do Trabalho. Uma Justiça especializada é importante para os trabalhadores. É evidente que ela precisa ser agilizada, modernizada e democratizada. Mas simplesmente acabar com esse poder não é o melhor caminho. As demandas trabalhistas vão para onde? Para a Justiça Cível, que é mais ineficiente e antidemocrática do que a Justiça do Trabalho? Para os “árbitros” privados, sujeitos às pressões do capital? Não achamos que seja por aí.

A Classe Operária: O governo disse que não havendo consenso no FNT ele vai apresentar as suas propostas. Há possibilidade de sair propostas de consensos com tantas divergências?

Pascoal: Nós achamos que em alguns pontos é possível o consenso. A retomada do crescimento econômico, por exemplo, precisa de políticas que incentivem a geração de empregos. Mas associado a isso, precisamos de incentivos ao consumo, reduzindo os preços e valorizando o trabalho com direitos que estimulem o consumo. A construção civil é um bom exemplo. Além de gerar empregos, o investimento nesse setor ataca um crônico problema social brasileiro. Não é possível falar em retomada de crescimento sem estimular o consumo interno. Em outros pontos, certamente o debate será muito acirrado.

Prisão injusta de dirigentes do MST no Pontal

José Rainha Jr. e outros quatro líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estão presos desde 11 de julho, acusados de furto e formação de quadrilha durante a invasão de uma fazenda na região do Pontal do Paranapanema. Os dois estão encarcerados em Presidente Venceslau/SP.

A prisão foi determinada pelo juiz Atis de Araújo Oliveira. O Tribunal de Justiça de São Paulo negou pedido de habeas corpus feito pelo MST para que os integrantes da organização possam responder em liberdade às acusações. Os outros sem terra que tiveram pedido de habeas corpus negado são Cleudson Mendes, Felinto Procópio, Márcio Barreto e Sérgio Pantaleão.

O MST condenou as ameaças feitas ao juiz que ordenou a prisão de Rainha e seus companheiros. Carta anônima recebida pelo magistrado diz que a casa dele “vai para os ares”. “Discordamos de como ele (Atis de Oliveira) trata nossos militantes, mas repudiamos ameaças à integridade física do ser humano”, disse Paulo Costa Albuquerque, da direção estadual do movimento. “Se alguém se comporta assim no MST, é expulso”, asseverou.

O MST fez questão de repudiar a ameaça porque o nome de Rainha é citado na carta. O movimento classificou de despropositado, no entanto, o pedido de proteção policial feito pelo juiz. Para integrantes do MST, trata-se apenas de uma forma de chamar a atenção. “Ele (Oliveira) quer se promover à nossa custa”, disse Juvelino Strozake, advogado do movimento.

O juiz é criticado por ter convocado Rainha para depor em um processo e tê-lo prendido por causa de outro. Já na



Deputado Jamil fala aos sem-terra, observado por Deolinda (à esquerda)

prisão, o líder dos sem-terra foi condenado por Oliveira a 2 anos e 8 meses por porte ilegal de arma. “Ele (Oliveira) tem desempenhado o papel de advogado dos latifundiários”, disse Strozake. “Todas as suas decisões contra os sem-terra foram revogadas em instâncias superiores”.

O advogado Aton Fon Filho disse que Rainha e os demais sofrem “constrangimento ilegal”. Assegurou que a decisão do juiz Atis não tem “fundamentação fática”, tendo o magistrado “se perdido em considerações de ordem política”.

O deputado federal Jamil Murad (PCdoB) visitou os prisioneiros e falou para 200 sem-terra que estavam fazendo um ato contra sua prisão, no dia 13 de julho, inclusive Deolinda, esposa de Rainha, e Gilmar Mauro, dirigente do MST. O deputado expressou a solidariedade dos comunistas e o compromisso do Partido com a luta pela reforma agrária.

UBM debate a mulher na nova realidade do país

Nos dias 15 e 17 de agosto, a União Brasileira de Mulheres (UBM) realiza o seu 6º Congresso, em Salvador, Bahia. Segundo a proposta de resolução elaborada pela UBM, o Congresso ocorre nos marcos dos 15 anos da entidade e num momento importante da história do país. “O povo brasileiro elegeu um operário para a Presidência da República apostando nas mudanças que possam levar o Brasil a trilhar um novo caminho – o caminho do desenvolvimento e das transformações sociais, com trabalho e distribuição de renda mais justa”, diz o documento.

A UBM ressalta que as mulheres brasileiras foram protagonistas dessas mudanças. “Por isso, a UBM conclama a todas a participarem ativamente da vida e das decisões políticas que estão na ordem do dia de nosso país”, destaca a proposta de resolução. Outro tema que estará em debate no Congresso é a necessidade de reforçar a luta popular para “superar as pressões dos setores conservadores que visam impedir as mudanças que todo o povo brasileiro anseia”.

“A UBM apóia o governo do presidente Lula e acredita que o fortalecimento dos movimentos sociais joga papel fundamental para que esse governo possa realizar as diretrizes traçadas em seu programa, compromisso de campanha pelo qual foi eleito”, afirma o documento. Estarão em pauta no Congresso também temas como participação da mulher no mercado de trabalho, ciência de gênero, saúde, qualificação e abono.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

VIDA PARTIDÁRIA

Comunistas da floresta

A imensa maioria das lideranças indígenas do Acre é filiada ao PCdoB

FÁTIMA XAVIER

Tão logo encerrou-se a 9ª Conferência Nacional, o deputado estadual Moisés Diniz (PCdoB/AC) voltou a seu Estado, onde viajou duas horas num monomotor e mais oito horas num "casco" – uma pequena embarcação com motor de popa para apenas três passageiros – para dar notícia dos debates ocorridos em Brasília às suas bases, uma militância que o conjunto do Partido pouco conhece: os comunistas da floresta.

Primeiro, ele chegou à aldeia dos índios Yawanawá, para onde levou o governador do Estado, Jorge Viana, para conhecer a tribo. Lá, Diniz teve seu corpo pintado e, entre um copo e outro de caiçuma (uma espécie de cerveja feita da mandioca-puba) e rodadas de mariri (dança coletiva em que todos se dão os braços), deu o recado. "Foi também a primeira vez que um governador passou três dias e duas noites numa comunidade de índios" disse Moisés. E quem diria, índios do PCdoB.

Nas semanas seguintes, o deputado seguiu para novos encontros nas aldeias das demais tribos do estado – 16 etnias – como os Kaxinawá, Machingery, Jaminawá, Kulina, Ashaninka, Shanenawá, Arara, Katukina, Jaminawa-Arara, Nukini, Apurinã, Poyanawá... O Partido está organizado em praticamente todas as aldeias, de todos os tamanhos, com presidente, secretário de organização, representante das mulheres e representante dos jovens. Todos companheiros índios. Todos comunistas, companheiros da floresta. E eleitores de Lula.

As lideranças do PCdoB no Acre também não se resumem a Diniz, à deputada federal Perpétua Almeida, ao deputado estadual Edvaldo Magalhães, também responsável pela organização dessa militância, ou a vice-prefeita de Xapuri, terra de Chico Mendes, Maria Elizabeth Farias da Silva. Cerca de 90% das lideranças acreanas são comunistas. Foi delas que emergiram o segundo suplente da senadora Marina Silva (PT), hoje ministra, Antônio Apurinã, o vice-prefeito do município de Santa Rosa, Francisco Kaxinauá, e cinco dos 15 vereadores no exercício do mandato.

Tantos quadros índios é resultado de mais de 20 anos de trabalho de aproximação do PCdoB com os Povos da Floresta. O próprio Partido teve como um de seus fundadores, no Acre, há 18 anos, o índio Manuel Kaxinauá. Tudo começou em Tarauacá, cidade de Moisés Diniz, que lhe deu 20% dos votos nas últimas eleições. Diniz mesmo é neto de brasileiro – denominação usada por Darcy Ribeiro para os filhos de pai branco e mãe índia. Sua avó era Ashaninka – povo indígena do Acre, descendente dos Incas e conhecido no

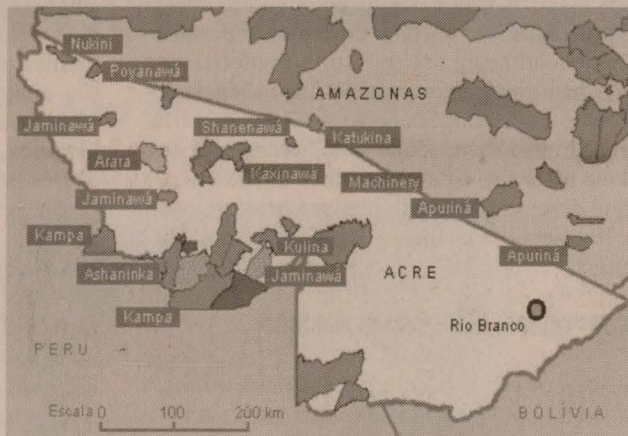


O deputado comunista Moisés Diniz visita tribos indígenas no Acre

Peru como Kampa – e seu avô um seringueiro nascido no Ceará, que durante a Segunda Guerra Mundial foi para o Acre como soldado da borracha.

Afinidade

As enormes diferenças que separam as civilizações de homens brancos e índios ficaram menores quando se encontraram no PCdoB. Diniz acredita que a aproximação foi possível porque os índios se identificaram com a proposta socialista que o Partido tem para o Brasil. Eles vivem em regime de comunidade. A terra pertence a todos. Cada aldeia tem sua



Locais onde o PCdoB está organizado entre os indígenas

roça, de onde extrai alimentos para todos. A produção é socializada, pois produzem e consomem coletivamente. Uma sociedade organizada assim não tem classes sociais.

"Só idealismo também não seria suficiente. Durante 20 anos os brancos do Partido fizeram os primeiros contatos e até dormiam com eles na floresta", disse o deputado. As comunidades já estavam num processo de franca destruição. A maioria dos índios embriagava-se com álcool curativo puro, que ganhavam para tratar feridas e morriam com úlceras supuradas, entre outras doenças. Muitos só falavam o português e, por causa do álcool, já haviam deixado de lado os velhos hábitos como beber a caiçuma, que é a cerveja deles, até dançar o mariri. "O Partido conseguiu resgatar tudo isso. Acho que esse trabalho de conscientização foi a nossa maior conquista", diz Moisés. As tribos, hoje, têm

escola, onde um professor ensina português e a língua nativa. O resgate da própria cultura não impediu a modernidade. Índio no Acre assiste TV com energia solar e antena parabólica, vê novela, mas também não perde as aulas dos telecurios. De acordo com Diniz, cerca de 70% das aldeias têm "salões" comunitários – na verdade, o "cupichawa", uma área coberta com palha, construída pelo governo do estado, onde fica a televisão, o aparelho de videocassete e é o local das festas e reuniões.

Por falar em festa, as aldeias instituíram um sistema próprio de segurança à moda dos brancos. Elegem um juiz, um delegado e um promotor – geralmente entre os mais velhos – e grupos jovens devidamente selecionados atuam como segurança. Quem fizer besteira na festa, é preso pelo delegado – não há cadeia, são amarrados num tronco de árvore até acabar a festa. No dia seguinte, o juiz e o promotor decidem qual é a punição, que se resume, normalmente, à prestação de serviços.

Orçamento Anual Indígena

Os Povos da Floresta entenderam que é necessário um modelo alternativo de desenvolvimento, garantindo simultaneamente justiça social e preservação da natureza. Dentro desse mesmo espírito, os comunistas do Acre conseguiram apresentar projeto de lei na Assembléia Legislativa que deverá implantar a segurança comunitária indígena. Se aprovado, o governo vai pagar bolsas de R\$ 180,00 para índios jovens atuarem como protetores de suas terras, costumes e cultura de seus povos.

Outra proposta do Partido que está para ser aprovada prevê o ensino de línguas nativas nas escolas das redes pública estadual e municipal, onde a maioria da população for indígena. Ou seja, branco também vai aprender uma segunda língua brasileira. Por iniciativa do deputado Edvaldo Magalhães, o Acre é o único estado brasileiro cuja Constituição dedica um capítulo inteiro aos índios que, por iniciativa do mesmo deputado, terão orçamento anual próprio a partir de 2004.

Moisés Diniz, no entanto, não esconde a mágoa quando lembra que a Constituição brasileira só fala em índios para dizer que eles são tutelados. "Aqui no Congresso Nacional, o Estatuto do Índio está tramitando há 30 anos e nunca houve uma comissão permanente que tratasse de seus interesses", desabafou. "Só agora é que nossa deputada (Perpétua Almeida) conseguiu criar uma subcomissão na Comissão da Amazônia", completou. De acordo com o deputado, o Partido fez um acordo com o PT para que, em algum momento da atual legislatura, Antônio Apurinã assumira a cadeira de senador. Apurinã viria com o compromisso de reabrir o debate em torno do Estatuto. "Mesmo sem contar com Brasil, os nossos índios, hoje, têm uma concepção nacionalista e creem na ideia de uma Amazônia brasileira e que deve lutar por ela", garantiu.

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL A CLASSE OPERÁRIA
Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

PCdoB
Proletários de todos os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

- Cheque nominal
 Dinheiro
 Cartão de crédito C D V A
 Nº.: _____
 Validade: ____/____/____ (MÊS/ANO)
 Vale postal nº. _____
 Depósito em conta corrente
 Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Nome: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ CEP: _____
 Cidade: _____ UF: _____
 Tel. res.: (____) _____ com.: (____) _____
 E-mail: _____
 Profissão: _____ Data de nasc.: ____/____/____

Ed. final nº.:

Edição inicial nº.:

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil – CEP 01403-010
 Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

VIDA PARTIDÁRIA

Curso relança a Escola Nacional do PCdoB

ADALBERTO MONTEIRO*

Com a realização plena de êxito do curso "A crise do capitalismo e as alternativas para o Brasil", realizado no período de 25 de julho a 1º de agosto, no Instituto Cajamar, em São Paulo, ressurgiu a Escola Nacional do PCdoB. A expressão "ressurge" é apropriada pois, durante toda a década de 80, a escola do Partido funcionou regularmente.

O objetivo do curso foi iniciar o processo de formação teórica do corpo docente da Escola que começa a ser reconstituída. Dele participaram 83 alunos e alunas de 19 Estados.

O conteúdo focou o estudo e conhecimento da realidade brasileira em seus múltiplos aspectos — econômico, social, político e cultural — tendo por referencial teórico o marxismo-leninismo. Ele se realizou sob uma dinâmica diversificada — aulas, estudo individual, debates em grupos, mesas redondas e palestras. A realização do curso esteve sob a coordenação pedagógica da professora Nereide Saviani.

As aulas foram ministradas por 14 professores e professoras. A aula inaugural foi proferida pelo professor João Quartim de Moraes (Unicamp) que discorreu sobre a contribuição do marxismo à interpretação da realidade brasileira. Já o encerramento ficou a cargo de Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB, que proferiu a conferência "A tática dos comunistas brasileiros".

Além das aulas, ocorreram mesas redondas que foram enriquecidas com a participação de intelectuais não pertencentes às fileiras partidárias como Wilson Cano e Waldir Quadros, ambos da Unicamp, e Maria da Graça Marchina, da PUC-SP.

Os temas estudados e debatidos foram os seguintes: 1) O capitalismo e suas crises; 2) Brasil: capitalismo dependente, desenvolvimento econômico e progresso social; 3) As classes sociais no Brasil e suas lutas; 4) O Estado brasileiro; 5) A crise do capitalismo e suas manifestações subjetivas; 6) O Partido de vanguarda na atualidade brasileira; e 7) A tática dos comunistas brasileiros. Sete equipes trabalharam na elaboração do roteiro de cada aula e da eleição da bibliografia básica, sob a coordenação da Comissão Nacional de Formação e Propaganda.

Os alunos e alunas deverão agora escrever um trabalho de conclusão do curso, medida adotada como maneira de garantir uma formação continuada e ascendente de cada um deles. Nesse sentido, também ficou estabelecido que, semestralmente, no inverno e no verão, serão realizadas atividades para dar prosseguimento à formação desses mesmos alunos.

Quanto à Escola, foram tomadas outras decisões visando estruturá-la. Em virtude da dimensão continental do país, ela terá coordenação central, sediada em São Paulo, em estreita relação com a coordenação das unidades a serem criadas nas diferentes regiões do país.

Para que esse projeto seja viável é muito importante que até o final da realização das conferências estaduais ordinárias cada Comitê Estadual tenha sua secretaria de formação e propaganda, com sua respectiva comissão auxiliar e um corpo de professores. Essas iniciativas criam as efetivas condições para a



Curso teve 83 participantes, vindos de todo o país



ESCOLA NACIONAL
CURSO
"CRISE DO CAPITALIS
... PARA (...)

Renato Rabelo e Adalberto Monteiro

existência, em cada Estado, de uma seção estadual da Escola Nacional.

Ficou estabelecido, numa reunião da área de formação e propaganda realizada durante o evento, que esse curso ministrado em São Paulo poderá ser reproduzido nas diferentes regiões do país, para dar início à estruturação das seções regionais da Escola formando professores dos Estados que as constituem.

O curso foi encerrado em clima de entusiasmo e confiança e sob a certeza de que não se tratou de uma atividade isolada, mas simboliza o lançamento da "pedra fundamental" da Escola Nacional do PCdoB que passa, efetivamente, a ser reestruturada.

Essa primeira turma de alunas e alunos, que representa essa retomada deste importante projeto, por aclamação, decidiu autodenominar-se "turma João Amazonas", homenagem que demonstra a consciência da importância e da responsabilidade do trabalho que apenas começa.

Núcleos de estudo e pesquisa

De imediato, serão constituídos os Núcleos de Ensino e Pesquisa, compostos inicialmente pelos participantes do curso e que depois poderão incorporar outros camaradas. Os núcleos de estudo e pesquisa propostos inicialmente são Filosofia (materialismo dialético e histórico); Economia política; Ciência política (Estado e classes); Socialismo e Partido; e Brasil (formação histórica, social e política brasileira). Cada aluno presente ao curso escolheu um desses núcleos, que desenvolverão atividades virtuais e presenciais. Isso será devidamente orientado pela comissão nacional de formação e propaganda.

As seções regionais da Escola Nacional

Em seu projeto, a Escola precisa descentralizar determinadas ações visando capacitar mais camaradas para constituir um corpo docente capaz de atender suas necessidades. Já estão sendo tomadas medidas para a constituição da seção Sul da Escola, com centro em Porto Alegre. Ao mesmo tempo há movimentação para formar duas regionais no Nordeste, com centro em Fortaleza (CE) e Salvador (BA), sob coordenação da camarada Ilka Bichara, e também no Norte do país, tendo como referência Manaus.

Currículo e níveis da Escola

Os participantes do curso participarão da elaboração do currículo geral da Escola, que terá definido seus níveis (superior, intermediário e básico), com definição de cursos e atividades para cada nível.

Trabalho articulado

A atividade de formação desenvolvido pela Escola Nacional interage com os trabalhos do Instituto Maurício Grabois e da revista *Princípios*.

*jornalista e poeta, secretário nacional de Formação e Propaganda do PCdoB

INTERNACIONAL

Visita ao país de Ho Chi Minh

JOSÉ REINALDO CARVALHO*

A publicação desta matéria coincidirá com o desembarque da delegação brasileira, representativa do Partido Comunista do Brasil, na capital vietnamita, Hanói. Constituída pela deputada Jô Moraes, uma das vice-presidentes do Partido, pelo secretário nacional de Organização, Walter Sorrentino, e por este articulista, a delegação chega ao Vietnã a convite do Comitê Central do Partido Comunista no quadro do desenvolvimento das relações amistosas e fraternais entre os comunistas vietnamitas e os brasileiros. São antigos, tradicionais e sólidos esses laços. Durante a guerra em que os imperialistas norte-americanos foram derrotados pelo heroísmo do povo vietnamita em armas, sob a lúcida condução do Partido Comunista e do seu líder Ho Chi Minh, o povo brasileiro demonstrou de diferentes maneiras a sua solidariedade com a luta de libertação nacional em pleno coração da Indochina e nessa solidariedade estava a marca da atividade internacionalista dos comunistas brasileiros.

O povo que visitamos é um dos mais antigos da humanidade, um dos berços da civilização na Ásia. No século 20, foi um dos bastiões da luta anticolonialista e antiimperialista no mundo.

No 9º Congresso do Partido Comunista do Vietnã, realizado em abril de 2001, ao fazer o balanço da trajetória do povo vietnamita ao longo do século 20, os militantes e dirigentes da organização que, desde sua fundação em 1930, esteve à frente das batalhas históricas, destacaram a conquista de três grandes vitórias.

A primeira foi a Revolução de 1945, que resultou na liquidação do regime colonial e semifeudal e na fundação da República Democrática do Vietnã, abrindo uma nova era de independência nacional com a perspectiva socialista. A segunda foi a vitória das gloriosas resistências pela libertação nacional e em defesa da pátria, nas quais foram sucessivamente derrotados o colonialismo francês, na década de 50, e o imperialismo norte-americano, na década de 70. Com isso, a revolução nacional, democrática e popular se completou, o país se unificou e pôde ingressar cabalmente no período de transição para o socialismo. A terceira é o ingresso do país no processo de renovação, que prossegue sua marcha e que dá o matiz peculiar da atual fase da transição para o socialismo. Tomando em conta a realidade nacional e o novo contexto internacional, o Partido Comunista do Vietnã vem realizando há 15 anos a estratégia da renovação, alcançando importantes avanços na construção econômica, no reforço da independência nacional e na elevação do bem-estar das massas populares.

Segundo as conclusões do 9º Congresso, "Com as vitórias alcançadas no século 20, nosso país se converteu, de um país colonial semifeudal, em um Estado independente, livre, que se desenvolve segundo o caminho socialista, com amplas relações internacionais, ocupando um lugar cada dia mais importante na região e no mundo. De escravo, nosso povo se converteu em dono de seu país e de sua sociedade. De um país com economia pobre e subdesenvolvida, nosso país entrou no período de forte impulso à industrialização e modernização".

Nos últimos anos, apesar das dificuldades próprias de um período de crises econômicas e financeiras na região asiática, dos efeitos negativos do desaparecimento da União Soviética e de problemas de natureza subjetiva, o país vem alcançando o importante êxito de crescer a uma taxa média de 7% ao ano, com a produção industrial incrementando-se ao ritmo de 13,5% ao ano. Isto tem permitido o enfrentamento dos problemas sociais mais emergentes, além de garantir as premissas para um desenvolvimento ainda mais dinâmico neste início de século, para a promoção do bem-estar social, a elevação da capacidade de defesa do país e o fortalecimento da independência nacional.

O Partido Comunista do Vietnã orienta-se pelo marxismo-leninismo e o pensamento de Ho Chi Minh. Não copia modelos e atém-se à realidade nacional. Sobre esta base elaborou uma orientação original a fim de abrir caminho para o socialismo. "O caminho de nosso país é o desenvolvimento do período de trânsito para o socialismo sem passar pelo regime capitalista, ou seja, sem passar pela instauração da posição dominante das relações de produção e da superestrutura capitalista, mas sim assimilar e herdar as conquistas que a humanidade alcançou no regime capitalista, especialmente as conquistas científicas, tecnológicas, para desenvolver rapidamente as forças produtivas e construir uma economia moderna", afirma o documento aprovado no 9º Congresso.

Tendo plena consciência de que a construção do socialismo é tarefa complexa e difícil que comporta uma transição longa, com múltiplas etapas e formas de organização econômicas e sociais de caráter transitório, os comunistas do Vietnã mobilizam as energias criadoras do seu povo para novas conquistas históricas. Durante os dez dias da nossa visita amistosa, daremos uma mirada nessa rica experiência, de grande valia não só para o povo vietnamita, mas também uma contribuição a toda a humanidade.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois
jornalista e poeta, presidente do PCdoB, responsável pelas Relações Internacionais.

INTERNACIONAL

A vitória da China contra a Sars

“As 12 pessoas que contraíram a doença já não têm os sintomas nem infectarão as pessoas com que têm contato”, anunciou, no dia 29 de julho, Liang Wannian, subdiretor da Secretaria Municipal de Saúde de Pequim. Eram as últimas pessoas que estavam internadas no hospital da capital chinesa por causa da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars, na sigla em inglês), e a notícia significou a vitória sobre a epidemia que causou a morte de 349 pessoas e infectou outras 5.327 naquele país.

A Sars surgiu no sul da China no final de 2002. Quase metade das mortes causadas pela doença no mundo aconteceu em Pequim, de longe a cidade mais afetada pelo mal. Em junho, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considerou o surto de Sars controlado; só na Ásia, ele deixou um saldo de 800 mortes desde novembro do ano passado.

Grande parte da imprensa ocidental tentou enxergar na epidemia o começo de uma crise irreversível para a China, que passou a ser o vilão da Sars, sob o foco da mídia mundial e dos porta-vozes de alguns países do centro capitalista, ávidos por decifrar sinais de crise e até mesmo o colapso iminente do regime de Pequim. A revista *The Economist*, principal oráculo do conservadorismo, estampou na capa de sua edição de 26 de abril a imagem do líder chinês Mao Zedong com uma máscara de proteção contra a doença. Um editorial, publicado na mesma edição, sob o título “É o Chernobyl chinês?”, comparou a epidemia ao desastre nuclear na extinta URSS, que muitos consideraram o marco da derrocada do regime soviético. Era uma aposta, dúvida, de

que a Sars poderia ter o mesmo significado, temperada pelo reconhecimento do sucesso do “socialismo com características chinesas”. Vários analistas econômicos, em meio ao pânico provocado pela doença, espalharam previsões de que as economias da China e do Leste Asiático poderiam ser tragadas numa crise econômica pior do que a de 1997, e que a epidemia afastaria investimentos estrangeiros, revertendo os altos índices de crescimento que a China ostenta há duas décadas.

O governo chinês iniciou uma campanha intensa para combater a Sars, mobilizou recursos e a população, e chegou mesmo a adotar uma legislação dura contra aqueles que não acatassem as normas sanitárias recomendadas pelas autoridades médicas. As próprias autoridades chinesas reconhecem que, no começo, a inexistência de ações coordenadas entre diferentes departamentos, de um fluxo de informações eficiente e de mecanismos de respostas emergenciais provocaram erros de registro e imprecisões do número de casos da doença. Mas a resposta do governo chinês foi rápida e resoluta, contrariando a expectativa dos críticos. Quando necessária foi dura: em abril, o ministro da Saúde e o prefeito de Beijing foram afastados por

negligência, um ato sem precedentes na história recente do país. O governo chegou ao limite de admitir a possibilidade de condenar à morte pessoas infectadas que se recusassem a permanecer em quarentena.

Foram tomadas várias medidas de emergência. O governo central alocou US\$ 240 milhões e os governos locais juntos providenciaram mais US\$ 600 milhões para combater a Sars. Ao mesmo tempo, em Beijing, foi construído, no tempo recorde de uma semana, um hospital de mil leitos para pacientes da doença, ao custo de US\$ 19 milhões. Vítimas da Sars entre os moradores pobres das cidades, agricultores e trabalhadores migrantes receberam tratamento médico gratuito. Além disso, foram tomadas medidas preventivas para a população em trânsito nas cidades e das cidades para as áreas rurais. Os conhecimentos básicos sobre a doença foram popularizados em vastas áreas urbanas e rurais, com a veiculação de informações por meio de mais de 2 mil jornais e 400 emissoras de TV. Nas comunidades rurais as informações de prevenção foram também difundidas através de cartazes.

As ações tiveram êxito: no dia 24 de junho, a OMS retirou a última cidade da China continental, Beijing, da lista de áreas afetadas pela epidemia. A organização, que enviou várias missões à China durante a fase aguda da epidemia, reconheceu o esforço e a cooperação dos chineses na prevenção, tratamento e pesquisa. “Em termos de número de casos, estamos observando o fim do surto”, disse Hitoshi Oshitani, assessora regional de doenças contagiosas da OMS. David Heymann, diretor-executivo da OMS para doenças contagiosas, elogiou as informações que recebeu em Pequim. “Foi informativo, completo e reflete o enorme esforço feito pela China para conter a Sars”.



Máscara cirúrgica, prevenção contra Sars

Venezuelanos fundam a União Nacional dos Trabalhadores

LEJEUNE MATO GROSSO XAVIER DE CARVALHO *

Surge, na Venezuela, uma central sindical ligada, de fato, aos trabalhadores venezuelanos. Ela nasceu em 5 de abril deste ano, e realizou o I Congresso Nacional da União Nacional dos Trabalhadores (UNT), nos últimos dias 1 e 2 de agosto, onde foram aprovados seus estatutos, sua plataforma de lutas e foi eleita sua direção nacional. No Congresso, os dirigentes da Força Bolivariana dos Trabalhadores foram os mais incisivos e duros contra o neoliberalismo e contra as oligarquias que ainda ameaçam o governo democrático e popular de Hugo Chávez Frias. No ato de abertura, estavam presentes delegações do Brasil, México, Colômbia, Equador, Argentina, Galícia (Espanha), França, Uruguai, Bolívia, Guatemala, Honduras, Paraguai, Chile, Nicarágua, Peru, entre outras.

A UNT é uma central nova e surge em resposta ao apoio da antiga Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) ao golpe de 11 de abril de 2002 e à “greve” geral de dezembro do ano passado até fevereiro deste ano (chamada de greve “petroleira”). O presidente da CTV, Carlos Ortega, um dos principais conspiradores contra o governo de Hugo Chávez, está com prisão decretada devido aos atos ilegais ocorridos durante aquela paralisação, e encontra-se foragido. Mais de 1.200 sindicatos



Plenária da fundação da União Nacional dos Trabalhadores da Venezuela

que eram filiados à CTV romperam com ela e estão aderindo à nova central. Também mais de 400 novos sindicatos, na maioria bolivarianos, foram criados nos últimos meses.

Encontro de Líderes Sindicais Mundiais

Com apoio da Força Bolivariana dos Trabalhadores e da Federação Sindical Mundial, foi realizado em Caracas, Venezuela, o II Encontro de Líderes Sindicais Mundiais, com a participação de

cerca de 60 sindicalistas que discutiram as formas de desenvolvimento do capitalismo na sua etapa atual, neoliberal, e formas de oferecer resistência por parte dos trabalhadores. Foi proposto que os trabalhadores construíssem uma espécie de plataforma internacional. Depois de terminados os trabalhos, a delegação internacional foi recebida pela ministra do Trabalho, Maria Cristina Iglesias.

*foi à Venezuela como representante da Confederação Nacional das Profissões Liberais

Israel: imitando Hitler

Toda referência ao governo atual de Israel como racista, e mesmo nazista, provoca frissons. Com razão. Afinal, os judeus estão entre as principais vítimas do racismo e, no século XX, sofreram um genocídio de extensão inigualada na história, praticado justamente pelos nazistas dirigidos por Adolf Hitler. Sem contar exilados, perseguidos políticos, presos e torturados, foram milhões de mortos em escala industrial, com a justificação de serem racialmente inferiores.

Pois é: apesar disso, medidas tomadas pelo atual governo direitista de Israel, dirigido pelo primeiro ministro Ariel Sharon, confirmam as acusações de racismo. A última dessas medidas foi aprovada pelo parlamento de Israel, por 53 votos contra 25: a partir do final de julho, proíbe o casamento entre judeus e palestinos. A lei vai vigorar por um ano, e precisa ser renovada anualmente. Ela dá três alternativas aos casais formados por palestinos e israelenses: viver separadamente, sair do país ou mudar-se para áreas de controle palestino. A lei prevê também a concessão de cidadania e de direito de residência, em casos especiais, por seis meses.

O parlamento de Israel imita, com isso, decisões tomadas na Alemanha pelo governo de Adolf Hitler, as Leis de Nuremberg, de setembro de 1935: a Lei de Proteção ao Sangue Alemão e a Honra Alemã, e a Lei de Cidadania do Reich. Elas aprofundavam medidas anteriores, como aquelas de abril de 1933, proibindo a participação dos judeus em funções públicas, de exercer numerosas profissões e limitando a participação de alunos judeus em escolas e uni-

versidades. A legislação alemã chegava a definir critérios para definir quem fosse judeu: era todo aquele que tivesse três avós judeus, isto é, que fizessem parte da comunidade religiosa judaica.

A Lei de Proteção ao Sangue Alemão proibia o casamento, e mesmo o mero intercuro sexual, entre alemães e judeus, e que qualquer alemã com menos de 45 anos de idade trabalhasse em residências judias. Os infratores eram punidos com penas de trabalhos forçados ou prisão; algum tempo depois, a noção de crime contra a raça radicalizou a lei, podendo levar à pena de morte.

Nos anos seguintes foram publicados mais de 200 decretos relativos às questões raciais, entre eles a lei de 1941 que obrigava todo judeu a usar, sobre a roupa, uma estrela de Davi amarela com a inscrição “Jude” (judeu, em alemão); em 1943, outro decreto dizia que, na Alemanha, todos os judeus passavam a ser estrangeiros.

Israel tem 6 milhões de habitantes, dos quais 20% são árabes-israelenses, e a população palestina da Cisjordânia e da faixa de Gaza é de 3 milhões. Com a lei aprovada agora, o governo de Israel reproduz o racismo nazista ao vetar casamentos interétnicos e também ao obrigar a deixar o país aqueles que não cumprirem essa lei absurda, que levanta protestos nos setores israelenses progressistas e democráticos, entre os partidos da esquerda de Israel e grupos de defesa dos direitos humanos. “É uma lei racista, que define quem pode viver em Israel de acordo com um critério racista”, acusa Yael Stein, do grupo de direitos humanos B’tselem (JCR).

JOGOS PAN-AMERICANOS

Ouro que dá ouro

Os Jogos Pan-Americanos 2003 comprovam: o dinheiro recebido pelas confederações por meio da Lei Agnelo-Piva (de autoria dos então senador Pedro Piva, PSDB/SP, e deputado Agnelo Queiroz, PCdoB/DF) – que criou um sistema inédito de financiamento regular baseado na distribuição de parte da arrecadação das loterias federais para o esporte olímpico brasileiro – tem gerado um crescimento do número de medalhas de algumas das modalidades contempladas.

“O esporte brasileiro nunca recebeu tanto dinheiro”, afirma o presidente do COB, Carlos Nuzman, ao falar sobre a Lei Agnelo-Piva. Implementada em janeiro de 2002, essa lei destina 2% da arrecadação das loterias federais para o esporte. Oitenta e cinco por cento são repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e 15% ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Os comitês repassam as verbas para as confederações, que são as entidades pelas modalidades esportivas.

Os recursos foram bem aplicados e permitiram um crescimento real: os resultados técnicos alcançados pelos atletas e o aumento da qualidade de gestão pelas confederações no ano passado, superaram as expectativas.

Em 2002, foram repassados R\$ 19 milhões para as confederações. Este ano o aumento na arrecadação das loterias já garantiu um repasse de R\$ 16 milhões só no primeiro semestre.

O dinheiro do repasse permitiu a modalidades como o boxe formar uma equipe olímpica e o pagamento de ajuda de custo aos atletas. O remo importou equipamentos básicos da Espanha para os seus treinos. A canoagem está construindo uma pista de slalom para treinos na cidade de Macaé, no Rio de Janeiro. E o tiro com arco conseguiu contratar um técnico em tempo integral.

As confederações receberam verba dez vezes maior para o Pan-Americano deste ano, comparado ao último. Somados os recursos da lei Agnelo Piva às verbas repassadas pelo Ministério do Esporte, cada confederação olímpica recebeu em média R\$ 900 mil em 2002. Em 1999 as confederações receberam cerca de R\$ 90 mil.

Embora dirigentes, técnicos e atletas afirmem que as reais transformações no esporte olímpico nacional só deverão aparecer em médio e longo prazos, os recursos da Lei Agnelo-Piva propiciaram aos atletas dessas modalidades condições de estrutura, preparação e intercâmbio internacional como jamais havia acontecido antes.

“A lei Agnelo-Piva já tem um resultado prático. Seu saldo é muito positivo, como o resultado do Pan



Público festeja com a equipe brasileira de basquete a medalha de ouro

confirma. Melhoramos em todas as modalidades, o nível técnico cresceu, a auto estima dos atletas melhorou muito. Eles sentem que tem apoio e podem, assim, representar melhor o país,” diz o ministro do Esporte Agnelo Queiroz, que passou cinco dias em Santo Domingo, onde acompanhou pessoalmente a instalação da equipe, inédita, de 700 atletas e técnicos brasileiros. Foi também a primeira vez que um ministro do Esporte esteve ao lado dos esportistas brasileiros num evento dessa natureza.

Na ginástica artística, foram criadas equipes olímpicas permanentes no masculino e no feminino. Os ginastas moram, treinam e têm todas suas necessidades – como faculdades gratuitas, atendimento médico, acompanhamento psicológico e nutricional – atendidas em Curitiba. “Temos uma estrutura de fazer inveja a muitos países tradicionais da ginástica”, admite a estrela da equipe, Daniele Hypólito.

A evolução no quadro de medalhas já pode ser observada: de uma prata e dois bronzes obtidos (todos pela ginástica feminina) em Winnipeg/1999, em Santo Domingo a modalidade saltou para um total de cinco pratas e cinco bronzes (três pratas e dois bronzes da equipe masculina).

No remo, a evolução também é evidente. No último Pan, a modalidade havia ganhado apenas uma medalha de prata. Em Santo Domingo, foram três pratas e três bronzes. Pudera: os R\$ 900 mil recebidos em 2003 propiciaram a importação de três barcos e 44 remos da Espanha, além de um período de 44 dias de competições e treinos na Europa. A equipe participou das etapas

de Milão e Munique da Copa do Mundo e esteve em Sevilha durante mais de uma semana para treinamentos. “Conseguimos manter as seleções juntas por mais tempo. Temos dinheiro para o deslocamento dos atletas e para mantê-los. Agora, sim, temos uma equipe”, afirma o técnico Rodney Júnior. “Podemos nos planejar e, como a verba é recebida regularmente, estruturar planos para nosso crescimento. Já evoluímos muito, mas os ganhos maiores se darão a longo prazo”.

Um dos esportes que mais recebeu dinheiro proveniente da lei em 2002 – R\$ 1.606.432,61, segundo prestação de contas divulgada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) –, a vela investiu pesado em preparação técnica (49%) e em competições (35%).

Depois de conquistar apenas um ouro em Winnipeg com o já consagrado campeão Robert Scheidt, a modalidade levou três medalhas de ouro de Santo Domingo, mesmo tendo disputado três modalidades a menos do que há quatro anos atrás. “Não é de um dia para o outro que se faz um campeão no esporte, o investimento da lei Agnelo-Piva vai começar a dar resultado a partir do Rio/2007 e Pequim/2008”, disse Walcles Figueiredo de Alencar Osório, presidente da Confederação Brasileira de Vela e Motor.

Os saltos ornamentais também apresentaram uma evolução incontestante em termos de resultado: a modalidade nunca havia conquistado nenhuma medalha em Pan-Americanos. Em 2003, mesmo competindo contra campeões mundiais canadenses e americanos, Juliana Veloso (uma prata e um bronze) e Cassius Duran (uma prata) subiram ao pódio, e César Castro acabou uma prova em quarto lugar.

Estes atletas têm recebido uma ajuda de custo mensal de R\$ 500. “Agora tenho excelentes condições de treino. Acho que boa parte desse resultado que consegui se deve à ajuda que a Confederação vem me dando”, disse Juliana Veloso.



Juliana Veloso: prata



O ministro Agnelo Queiroz com atletas em Santo Domingo

